

# Corte urgente que país precisa é nos juros, não no BPC

Valter Campanato - ABR



## Lula lança PEC ampliando ação policial contra o crime organizado

O presidente Lula apresentou em reunião com os governadores na quinta-feira (31) a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública. “Eu queria que essa reunião fosse uma reunião em que os governadores não tivessem nenhuma preocupação de falar aquilo que entenderem que devam falar”, disse o presidente. Lula destacou que é fundamental o combate ao crime organizado. “A gente vê, de vez em quando, falar do Comando Vermelho, do PCC. E eles estão em quase todos os estados, disputando eleições e elegendo vereadores. É, quem sabe, indicando pessoas para utilizar cargos importantes nas instituições brasileiras”, disse. A PEC assinala que o Fundo não poderá ser contingenciado. **Página 3**

## VW em greve na Alemanha após 3 fábricas fecharem

A Volkswagen alemã planeja fechar três fábricas, o que, se efetivado, causará a demissão de milhares de funcionários. Também está destinada a reduzir o número de trabalhadores nas demais unidades que mantém no país, afirmou Daniela Cavallo, diretora do Comitê de Trabalho do Grupo Volkswagen. “A gerência está falando muito sério a respeito disso. Não é barulho durante a rodada de negociação coletiva [...] todas as fábricas alemãs da VW são afetadas por isso. Nenhuma delas está segura”, frisou a diretora do Comitê. A reação dos trabalhadores não se fez esperar: interromperam a produção em onze unidades produtivas da Volkswagen na Alemanha em protesto contra esses planos de redução de custos, segundo a publicação alemã Handelsblatt. **Pág. 7**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

## Personalidades lançam carta contra ameaças aos benefícios sociais

“pacote” que resolve não é de cortes sociais, é a redução imediata da Selic e a elevação dos investimentos públicos. A pressão para que o governo federal faça cortes nos investimentos e nos programas sociais está passando de todos os limites. Em reação, acadêmicos, economistas e especialistas em direitos sociais lançaram um manifesto “condenando de forma veemente o conjunto de cortes sociais. Por sua vez, a Academia Brasileira de Ciências, a SBPC e a CNI manifestam seu protesto ante as notícias de que o governo pretenderia reduzir recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Página 2**

# Para Alcolumbre, Ibama sabota o Brasil ao vetar Margem Equatorial



Criança ferida no campo de refugiados de Jabalia, no Norte de Gaza, que foi duramente atacado por Israel

## Unicef acusa Israel de escalada sangrenta: 50 crianças atingidas

A diretora executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Catherine Russell, em comunicado ao Estado ocupante de Israel, no domingo (3), exigiu o fim dos ataques a civis,

trabalhadores humanitários e restantes instalações e infraestruturas na Faixa de Gaza. “No fim de semana assistimos a uma escalada sangrenta de ataques no norte da Faixa de Gaza, com relatórios indican-

do que 50 crianças em Jabalia foram vítimas de ataques nos últimos dois dias, observando que todos os residentes nessa região, especialmente as crianças, estão em perigo iminente, risco de morte por

doenças, fome e bombardeios constantes”, denunciou Catherine. A diretora pediu ainda “investigação imediata” sobre o ataque israelense ao diretor da Unicef, Fayrouz Mahmoud Abu Wardeh. **Pág. 6**

O senador Davi Alcolumbre (União-AP) se reuniu com a presidente da Petrobrás, Magda Chambriard, e fez duras críticas à decisão do Ibama protegendo o início das pesquisas de petróleo na Margem Equatorial do Brasil. “Não é uma questão técnica, que isso já passou há muito tempo de ser uma questão técnica. É claro o boicote contra o Brasil, o que estão fazendo”, disse Alcolumbre. Também participaram do encontro, na sede da Petrobrás, no Rio, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP) e o governador do Amapá, Clécio Luis (Solidariedade). **Pág. 3**

## “Corte no seguro desemprego e no abono só me demitindo”, diz ministro Marinho

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou na quarta-feira (30) que não foi procurado por ninguém para discutir cortes no seguro-desemprego e no abono salarial. “Se ninguém conversou comigo, não existe. Eu sou responsável pelo trabalho e emprego. A não ser que o governo me demita”, declarou o ministro Marinho. **Pág. 5**

## Aziz: ‘quem defende o novo Herodes, Netanyahu, defende matança de crianças’

O senador Omar Aziz (PSD-AM) chamou o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, de “novo Herodes do Oriente Médio” por assassinar milhares de crianças na Faixa de Gaza e no Líbano. “As principais potências se calam ao novo Herodes contemporâneo”, denunciou o senador do PSD, no plenário do Senado. **Pág. 3**

## Haddad e o FMI

“Se Lula quiser efetivamente cumprir com suas promessas de campanha e com as exigências de um País que precisa romper o círculo vicioso da pobreza e da desigualdade, é fundamental sair da camisa de força imposta pela austeridade fiscal”

PAULO KLIASS\*

As relações econômicas e financeiras formais entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI) sempre foram marcadas por algum grau de conflito e tensão. Afinal, apesar da motivação das negociações ser o ingresso de recursos externos para auxiliar a situação do balanço de pagamentos de nosso País, em geral os governos apresentavam divergência com relação às condições impostas pelas diferentes equipes do Fundo.

A primeira operação ocorreu em 1954, com a assinatura de um empréstimo para o governo presidido por Getúlio Vargas. Tratava-se de um aval concedido pelo FMI a um empréstimo, no valor de US\$ 300 milhões, oferecido pelo Eximbank dos Estados Unidos ao governo brasileiro. Porém, 5 anos depois, em 1959, Juscelino Kubitschek rompe o acordo com a instituição multilateral em função dos compromissos assumidos em seu Plano de Metas. Tendo em vista a necessidade de promover uma flexibilização no rigor fiscal imposto pelo FMI, o Presidente decide sair da austeridade para conseguir espaço orçamentário para projetos como a construção da nova capital em Brasília e outras medidas envolvendo despesas públicas elevadas, além de investimento estatal direto.

A relação só voltaria se normalizar após o golpe militar de 1964 e a consequente implementação de uma política econômica de natureza ortodoxa e conservadora. Entre 1965 e 1972 são assinados e renovados anualmente acordos classificados como “stand by”, cuja intenção era auxiliar em eventuais problemas de balanço de pagamentos. No entanto, como os governos da ditadura cívico-militar ofereciam benesses e atratividade ao capital internacional, tais acordos operavam mais como uma garantia de expectativas, uma vez que o fluxo de recursos externos não parava de crescer no período.

### BRASIL E FMI: DÉCADAS DE TENSÃO

A situação muda de figura a partir do final da década de 1970 com a crise do petróleo na esfera internacional. Logo na sequência tem início uma fase de grandes dificuldades nas contas externas dos países do chamado Terceiro Mundo – a chamada crise da dívida. Em 1982, durante a gestão de Delfim Neto como o superministro da área econômica do último governo dos generais, o Brasil assina um acordo com o Fundo para assegurar o ingresso de recursos externos para cumprir as obrigações com os credores. Delfim teria assinado 6 cartas de intenção com o organismo e nunca cumpriu com as cláusulas ali constantes. Foram diversos anos de dificuldades em honrar os compromissos constantes nas cláusulas dos títulos de endividamento. É desta época a frase que ficou famosa proferida pelo Ministro, quando afirmou que “dívida pública não se paga, dívida se rola”.

Com o início da transição política para superar a fase ditatorial, o governo Sarney promove algumas importantes mudanças na área econômica. Dentre elas estava a formalização da moratória da dívida externa em 1987. Na sequência, com a eleição de Collor de Mello para a Presidência da República, as sucessivas equipes de economia buscam um acordo com o FMI entre 1990 e 1992, mas não obtém resultado. Com o fracasso de tais negociações, a situação só volta a se “normalizar” no final do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O Ministro da Fazenda Pedro Malan logra assinar um acordo com o Fundo em 1998, por meio do qual o Brasil recebe um total de US\$ 41,5 bilhões.

O problema são as contrapartidas impostas pelo Fundo. Como sempre, trata-se da exigência de implementação das orientações previstas no Consenso de Washington, tais como a privatização de empresas estatais, a liberalização geral da economia e a imposição de regras rígidas de austeridade fiscal. Boa parte de tais iniciativas já estavam em curso desde a posse de Collor de Mello em 1990, mas FHC acelera em 1998 a venda do sistema público de telecomunicações e de energia elétrica. Além disso, o seu governo encaminha um projeto de lei ao Congresso Nacional que se converte na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101 de 2000.

Continua: <https://horadopovo.com.br/haddad-e-o-fmi-por-paulo-kliass/>

\* **Paulo Kliass** é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

Escreva para o HP  
[horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)

**HORA DO POVO**  
é uma publicação do  
Instituto Nacional de  
Comunicação 24 de agosto  
Rua Mazzini, 177  
Cambuci - CEP: 01528-000  
São Paulo-SP  
E-mail: [inc24agosto@gmail.com](mailto:inc24agosto@gmail.com)  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)  
E-mail: [comercial@horadopovo.com.br](mailto:comercial@horadopovo.com.br)  
E-mail: [hp.comercial@uol.com.br](mailto:hp.comercial@uol.com.br)  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

**Sucursais:**  
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: [hprj@oi.com.br](mailto:hprj@oi.com.br)  
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: [hp.df@ig.com.br](mailto:hp.df@ig.com.br)

**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: [horadopovomg@uol.com.br](mailto:horadopovomg@uol.com.br)

**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: [horadopovobahia@oi.com.br](mailto:horadopovobahia@oi.com.br)

**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: [horadopovo@yahoo.com.br](mailto:horadopovo@yahoo.com.br)

**Belém (PA):** Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deus, 140 Curú-Uitinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

# Comunidade científica e indústria repelem ameaça de corte no FNDCT



Rafael Lucchesi  
Diretor da CNI



Helena Nader  
Presidente da ABC



Janine Ribeiro  
Presidente da SBPC



## Embraer ocupa espaços e amplia as vendas do KC-390 Millennium

Empresa avança também no apoio logístico com parcerias tecnológicas que permitiram o desenvolvimento de aparelho simulador de voo e uma estação de instrução de última geração

A fabricante brasileira de aeronaves, Embraer, a terceira maior empresa do setor no mundo, anunciou na sexta-feira (1), que as aeronaves C-390 Millennium, fornecidas para a Força Aérea Real da Holanda, terão soluções de treinamento para o avião multimissão garantidas pela tecnologia da companhia brasileira. Em parceria com portuguesas e alemãs, a Embraer desenvolveu um simulador de voo completo e uma estação de instrução.

A Embraer vem ocupando espaços deixados pela Boeing, empresa americana que vive uma grave crise e demitiu, recentemente, 17 mil trabalhadores. A empresa brasileira já vendeu 41 aeronaves KC-390 Millennium para várias partes do mundo. A ser mantido o ritmo atual de novas encomendas, a Embraer pretende dobrar a produção anual do seu principal produto de defesa, o avião de transporte multimissão KC-390 Millennium, até 2030.

A companhia explica que o simulador de voo do KC-390, com qualificação de nível D, lançado recentemente, inclui a operação em condições normais e de emergência, pacote para suporte em operações militares e conta com mais de 350 simulações de situações anormais e emergências. Além disso, o simulador tem fácil manutenção e é confortável para o treinamento de pilotos.

Segundo a Embraer, além da Holanda, Brasil, Portugal e Hungria serão os países que já podem utilizar esse equipamento, que permite a prática segura de manobras e procedimentos de emergência, assim como outras condições adversas de voo, com custos reduzidos e sem riscos à operação.

O KC-390 é a mais moderna aeronave de transporte tático militar de nova geração, e sua plataforma multimissão oferece mobilidade incomparável, aliando alta produtividade e flexibilidade de operação a baixos custos operacionais, o que é

uma combinação imbatível.

O KC-390 pode transportar mais carga (26 toneladas) em comparação com outras aeronaves militares de carga de médio porte e voa mais rápido (470 nós) e mais longe, sendo capaz de realizar uma ampla gama de missões como transporte e lançamento de cargas e tropas, evacuação aeromédica, busca e resgate, combate a incêndios e missões humanitárias.

Ele opera em pistas temporárias ou não pavimentadas (ou seja, incluindo terra compactada, solo e cascalho). Em sua versão de reabastecimento, a aeronave já comprovou sua capacidade de reabastecimento aéreo, assim como aeronave recebedora de combustível de outro KC-390 a partir de pods instalados sob as asas, sendo a única aeronave no mundo no segmento a realizar tal operação.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/embraer/ocupa-espacos-e-amplia-vendas-do-kc-390-millennium>

## Urgente cortar no Brasil não é o BPC e sim o gasto escandaloso com juros

“Pacote” que resolve é a queda imediata da Selic e a elevação dos investimentos públicos

A pressão para que o governo federal faça cortes nos investimentos e nos programas sociais está passando de todos os limites. Em todo lugar que o presidente vai a pergunta é a mesma. Quando virá o pacote de cortes? Em sua visita ao INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) neste domingo (3) para acompanhar o concurso do Enem, o presidente Lula se recusou a falar no assunto.

Há realmente uma necessidade urgente de um corte nos gastos públicos, mas com os juros da dívida. Só nos últimos doze meses deste ano, até setembro, o governo gastou R\$ 855 bilhões apenas com o pagamento de juros aos bancos. Calcula-se que esse gasto pode chegar a R\$ 1 trilhão até o fim do ano. O problema é que os banqueiros e sua mídia não querem cortar um tostão desses gastos. Pelo contrário, já se articularam, inclusive, para aumentar os juros e obrigar o governo a

gastar mais.

Economistas calculam que a cada um ponto percentual de elevação na taxa de juros, o governo é obrigado a desembolsar mais R\$ 50 bilhões por ano. E eles já estão fazendo campanha para que as próximas duas reuniões do Conselho de Política Monetária do Banco Central (Copom) eleve duas vezes a taxa Selic em meio ponto percentual cada uma, até o final do ano. Ou seja, querem embolsar mais R\$ 100 bilhões dos cofres públicos. E o pior é que esse escândalo está sendo apoiado pelos diretores indicados por Lula para o BC.

Eles nem falam nessas despesas com juros. Escondem da opinião pública. É como se ela não existisse. Mas o gasto anual com juros é muito maior do que a quase totalidade dos ministérios. O único orçamento que é maior do que as despesas com a agiotagem é a Previdência Social, que atende 34 milhões de pessoas que contribuíram

a vida toda (R\$1,01 tri).

Todos os outros gastos, Educação (R\$ 200,4 bi), Saúde (R\$ 241,6 bi), Segurança (R\$ 22 bi), Defesa (R\$ 133,5), Ciência e Tecnologia (R\$ 16,6 bi), etc, nem chegam perto do que se gasta com os banqueiros e especuladores, que são uma meia dúzia de parásitos.

É urgente, portanto, cortar o gasto. Mas o gasto exagerado com os juros. Isso se faz reduzindo a taxa Selic e não aumentando. Não há justificativa séria para a elevação dos juros. Fala-se que a economia estaria superaquecida, mas não é verdade. O uso da capacidade instalada na indústria está em 83,4%. Ou seja, a indústria ainda tem quase 20% de capacidade ociosa. E numa capacidade instalada que vem caindo nos últimos anos.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/o-que-e-urgente-cortar-no-brasil-nao-e-o-bpc-e-sim-o-gasto-escandaloso-com-juros/>

Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência manifestam sua estranheza e expressam seu protesto ante as notícias de que o Governo pretenderia reduzir recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Em reação imediata à notícia de que a equipe econômica do governo estaria pensando em incluir em seu pacote de cortes de gastos uma alteração na Constituição para acabar com a obrigatoriedade de financiamento dos fundos constitucionais, incluindo o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a comunidade científica divulgou nota assinada por mais de 40 entidades repudiando a intenção de mexer no FNDCT.

### “NÃO ACHO QUE SEJA APENAS UM BOATO”

Em entrevista ao HP, a presidente da Academia Brasileira de Ciências, professora Helena Nader, afirmou neste sábado (2) que o Brasil estará cometendo um erro grave se decidir reduzir os recursos para a ciência e tecnologia. “Não acho que isso é apenas um boato”, disse a professora, informando que já há uma mobilização de toda a comunidade para impedir que se reduza os recursos do FNDCT.

Para Helena Nader, “é triste ver uma proposta como esta vinda de um governo que não se mostrou contrário à ciência”. “O país está perdendo uma grande oportunidade para investir em ciência, tecnologia e inovação”. “Estamos na contramão dos países desenvolvidos. Vencemos a dicotomia entre pesquisa e indústria e, agora, não podemos pensar em reduzir os recursos para o setor, que já são muito poucos”, alertou a professora, que assinou manifesto junto com o presidente da SBPC protestando contra a ameaça de cortes de verbas.

A indústria, um dos setores que também seriam fortemente atingidos em caso de cortes dos recursos do FNDCT, que são gerenciados pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, se manifestou estranheza com a notícia, que foi caracterizada como “sandice”.

### “SERIA UM ERRO GRAVE DO GOVERNO”

O diretor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi, afirmou em entrevista ao HP, na sexta-feira (1) que o país “não deve reprimir os investimentos em Educação”. “A grande diferença entre os países desenvolvidos e os países atrasados é que na crise, os países que já investem muito, ampliam a aposta em inovação e ciência”, disse Lucchesi.

Na opinião do empresário isso ocorre porque esse “é o caminho de saída da crise. São novos pacotes de novas tecnologias que vão impulsionar a geração de riqueza e bem estar das economias. Econo-

mias atrasadas e periféricas e economias capturadas pela ordem econômica mundial cortam gastos em Educação, Ciência e Inovação”. “Isso é uma sandice. É irreconhecível que esse governo esteja fazendo isso”, disse Lucchesi em relação à notícia de que a Fazenda estaria querendo cortar recursos do FNDCT.

O site da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) divulgou neste sábado um alerta contra os cortes e divulgou os manifestos que já estão circulando em protesto pela medida em relação ao fundo ligado ao MCTI (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação).

### “CIÊNCIA EM ALERTA”

“Após anos de limitação dos valores para a pesquisa científica, esta necessita ser fortemente estimulada, se quisermos que o Brasil desenvolva seus potenciais econômicos e sociais”, destacam as entidades. Manifesto foi endossado por mais de 40 entidades

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) emitiram uma nota conjunta nesta sexta-feira, 1º de novembro, expressando seu protesto contra a possível redução de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), conforme anunciado no contexto de cortes do Orçamento da União.

As entidades destacam que o FNDCT, por lei, é mantido com recursos específicos e não impacta o orçamento federal diretamente, e sua transferência para outras rubricas, constituiria um desvio de sua finalidade. Manifesto já recebeu apoio de mais de 40 entidades, até o fechamento desta edição.

“Após anos de limitação dos valores para a pesquisa científica, esta necessita ser fortemente estimulada, se quisermos que o Brasil desenvolva seus potenciais econômicos e sociais. O FNDCT é a principal fonte pública de financiamento à ciência, tecnologia e inovação – setores dos quais depende o progresso nacional como, por exemplo, a implementação do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) anunciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”, destacam as entidades.

Leia o manifesto **Ciência quer manter o fundo de desenvolvimento científico** na íntegra no site do HP: <https://horadopovo.com.br/comunidade-cientifica-e-industria-protestam-contra-ameacas-de-cortes-no-fndct/>

## Personalidades lançam manifesto contra arrocho

“Desde o início, o Novo Arcabouço Fiscal foi concebido para impor limites rígidos aos gastos sociais e aos investimentos públicos, enquanto protege as despesas financeiras, especialmente o pagamento de juros que beneficiam os grandes rentistas”, denunciam

Acadêmicos, economistas e especialistas em direitos sociais, entre diversos setores, lançaram um manifesto, nesta quarta-feira (30/10), “condenando de forma veemente o conjunto de medidas de cortes sociais anunciado pelos ministros Fernando Haddad e Simone Tebet para o final deste ano”.

“As áreas alvo desses ataques já estão definidas: saúde, educação, Benefício de Prestação Continuada (BPC), seguro-desemprego e outros direitos essenciais”, destaca o documento assinado, até então, por mais de 570 brasileiros, entre eles Paulo Kliass, Pedro Paulo Zahluth Bastos, José Gomes Temporão, Roberto

Amaral, Denise Gentil, José Luis Oreiro, Elida Graziane Pinto, David Deccache, além de deputados e ex-ministros.

“Embora os detalhes finais ainda não tenham sido divulgados, já está evidente que essas medidas fazem parte de uma estratégia de austeridade que aprofunda o Novo Arcabouço Fiscal e ataca diretamente conquistas sociais históricas”, afirmam os signatários do **Manifesto contra o pacote antipopular**, que reproduzimos no HP: <https://horadopovo.com.br/personalidades-lancam-manifesto-contra-cortes-de-haddad-nos-investimentos-publicos/>



Senador Omar Aziz (PSD), do Amazonas  
**“Quem defende o novo Herodes, Netanyahu, defende a matança de crianças”, afirma Aziz**

O senador Omar Aziz (PSD-AM) chamou o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, de “novo Herodes do Oriente Médio” por assassinar milhares de crianças na Faixa de Gaza e no Líbano.

Em discurso no plenário, Aziz reforçou que não tem “nada contra” o povo judeu, mas “tudo contra o sionista expansionista”. “Primeiro foi a Faixa de Gaza, agora é o Líbano”, prosseguiu.

“Temos no mundo contemporâneo um novo Herodes, que mata crianças, que é o sionista Netanyahu. Ele é o novo Herodes do Oriente Médio. Lá atrás, Herodes matou crianças, tanto que Jesus teve que fugir com José e Maria para não ser morto por Herodes”, comparou.

“Hoje temos um novo Herodes no mundo chamado Netanyahu, que se segura nessa guerra para não ser preso por ter feito corrupção no estado de Israel. E tudo isso para justificar a matança de jovens crianças e mulheres indefesas”, continuou.

“E aqueles que o defendem, defendem a matança e a chacina de crianças e mulheres”, criticou o senador.

Desde outubro de 2023, Israel já assassinou mais de 43 mil palestinos na Faixa de Gaza, sendo que 16 mil eram crianças.

O exército de Netanyahu também matou quase 3 mil pessoas no Líbano, país que passou a ser invadido por terra por Israel no começo de outubro. O Escritório para Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, em inglês), órgão da ONU, calcula que pelo menos 157 crianças foram mortas.

O senador Osmar Aziz prestou sua solidariedade “não só ao povo palestino que está sendo dizimado pelo sionista Netanyahu”, mas também “ao povo libanês, que sempre teve uma convivência pacífica neste país, que ajudou a construir esse país e que são irmãos nossos, mas que estão morrendo lá”.

O parlamentar ainda criticou que “o mundo se cala” diante do morticínio. “As principais potências se calam ao novo Herodes contemporâneo”, falou.

Os Estados Unidos enviaram para Israel, desde outubro de 2023, mais de U\$ 18 bilhões (equivalentes a R\$ 104 bilhões) para ajudar no massacre, segundo levantamento, que não inclui as vendas, feito pela Brown University.

Durante seu discurso, Aziz citou a carta “Pela paz, pelas vidas”, assinada por médicos brasileiros de origem libanesa e publicada no jornal Folha de S.Paulo, na qual denunciam que a Faixa de Gaza vem “sendo arrasada” e sua população dizimada.

“São 100 mil feridos prejudicados pela destruição de 23 dos hospitais da região e 13 funcionando de forma limitada. Ou seja, milhares de vidas de inocentes comprometidas!”, apontam os médicos.

“Os contínuos ataques, em pequenas vilas e na própria capital, Beirute, além de em instalações da ONU, com avanço contínuo de tropas israelenses território adentro, já resultaram na morte de mais de 2.000 pessoas”, continua a carta.

“Assim como em Gaza, os hospitais enfrentam dificuldades severas para lidar com os feridos, onde médicos e outros profissionais de saúde, com altruísmo, arriscam e perdem suas próprias vidas na tentativa de salvar as dos outros. Mais uma vez, milhares de vidas de inocentes comprometidas”, denunciam os médicos.

# Lula lança PEC contra o crime organizado no país



Presidente Lula apresenta em reunião a PEC da Segurança para os governadores  
**Ibama está boicotando o Brasil, denuncia David Alcolumbre, sobre o veto à Margem Equatorial**

O senador Davi Alcolumbre (União-AP) se reuniu com a presidente da Petrobrás, Magda Chambriard, e fez duras críticas à decisão do Ibama protelando o início das pesquisas de petróleo na Margem Equatorial do Brasil. “Não é uma questão técnica que isso já passou há muito tempo de ser uma questão técnica. É claro o boicote contra o Brasil, o que estão fazendo”, disse Alcolumbre.

Também participaram do encontro, na sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP) e o governador do Amapá, Clécio Luis (Solidariedade). Na conversa, eles receberam apoio de Chambriard sobre avançar na exploração do petróleo. Ela disse que a Petrobras prepara prontamente para fornecer os dados solicitados pelo Ibama e dar sequência ao projeto.

Na terça-feira, o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, contrariando a posição de especialistas e os interesses estratégicos do país, pediu mais esclarecimentos à Petrobrás sobre a proposta da estatal para mitigar riscos ambientais na exploração de petróleo numa área chamada de Foz do Amazonas, na costa do Amapá. “O Ibama tem o seu papel é um órgão técnico, agora, nós também não

queremos aceitar que sobre o rótulo técnico se esconda uma posição política”, denunciou Randolfe Rodrigues.

A licença de perfuração é necessária para que a Petrobrás possa estudar a viabilidade de produção na região, parte da chamada Margem Equatorial. As explicações da Petrobras não foram consideradas suficientes até agora por técnicos do órgão ambiental, formando o principal entrave para a liberação da licença. A estatal e parte do governo pressionam o Ibama. Já há uma ano e meio o órgão ambiental vem retardando o laudo técnico.

Nesta etapa, o que está em discussão é a pesquisa do poço, chamada tecnicamente de perfuração — e não a licença de operação comercial, para a produção. O objetivo da estatal, com a licença de perfuração, é comprovar a viabilidade econômica da produção de petróleo na área. “Há uma aposta muito grande do mundo e da Petrobras de que aquela área é uma área rica em petróleo, não à toa que eles chamam de o segundo pré-sal”, afirmou o governador Clécio.

O deputado Pedro Lucas Fernandes (União-MA), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Margem Equatorial, também criticou o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos

Naturais Renováveis (Ibama) pelo indeferimento ao pedido da Petrobrás para a exploração de petróleo em área da Margem Equatorial, que inclui o território maranhense.

“Infelizmente o Ibama informou que o veto para a perfuração em bloco na Margem Equatorial da Foz do Rio Amazonas segue mantido e pediu novos dados para a Petrobrás. A empresa, uma das maiores petrolíferas do mundo, já provou que tem expertise e tecnologia suficiente para realizar, com segurança, a perfuração e exploração na região”, afirmou o parlamentar em suas redes sociais.

Luis Ercílio Faria Junior é doutor em Ciências Naturais da Universidade Federal do Pará (UFPA) refutou o parecer do Greenpeace, usado pelo Ibama como obstáculo à pesquisa na região, sobre uma suposta existência de barreira de corais na Foz do Amazonas. Em entrevista ao site da Aepet, o pesquisador aplaudiu a declaração da diretora da Petrobrás, Sylvia Anjos, que afirmou que a barreira de corais na região é uma “fake news científica”, apresentada pelo Greenpeace em 2017, e que “está sendo usada pelo Ibama para impedir os estudos exploratórios da Petrobrás na Margem Equatorial Brasileira”.

**Tarcísio Freitas passou dos limites: vender escola pública na bolsa de valores é roubo descarado**

Bolsonaro não só quebrou o Brasil e insuflou o vírus da Covid. Ele espartilhava empresas públicas, entre elas a Petrobrás, para vendê-las em fatias aos gringos, como fez com as refinarias, os gasodutos e a BR Distribuidora. Mas não foi só isso. Ele entregou para os picareatas que deram golpe nas Americanas o controle da Eletrobrás, a maior empresa de energia da América Latina. Agora, seu pupilo, Tarcísio de Freitas, depois de vender a Sabesp, empresa de saneamento altamente lucrativa e eficiente, resolveu vender as escolas públicas.

Passaram de todos os limites. Tarcísio realizou um leilão para vender escolas públicas do estado. A negociata escandalosa foi realizada dentro da bolsa de Valores de São Paulo. O plano é passar as verbas públicas da Educação para os cofres de arapucas privadas. O dinheiro vai ser gerenciado por grupos do tipo daquele laboratório privado no Rio de Janeiro, o “PCS Saleme”, que, terceirizado, deixava de testar

HIV de órgãos a serem transplantados para aumentar seus lucros. Sim, porque a busca do lucro desses grupos privados vem em primeiro lugar. Já imaginaram aulas sem professores para economizar custos?

Até a Fazenda Santa Elisa, que abriga o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), no interior paulista, que é usada pelo Instituto para pesquisas, o bolsonarista de plantão no Palácio dos Bandeirantes está querendo vender. A medida preocupa profissionais que atuam na pesquisa agrícola, pois na área está o maior banco de germoplasma de café do Brasil e um dos mais importantes do mundo, o que permitiu o desenvolvimento de variedades do grão. “Não dá para ficar se apegando à área, patrimônio”, disse o picareta.

No setor elétrico, a promessa dos privatistas era a seguinte: vamos privatizar o sistema. Com isso, os serviços vão melhorar e as tarifas vão cair. Venderam todas as empresas públicas do setor. Trinta anos depois

do início das vendas, o brasileiro paga hoje uma das tarifas de energia mais caras do mundo e o serviço é de péssima qualidade. Exemplo marcante disso é o desastre da empresa italiana Enel, que deveria prestar serviços de qualidade em São Paulo e não presta. Não é por acaso que em todo o mundo centenas de reestatizações estão sendo feitas. A queda da qualidade e a alta das tarifas são gritantes.

Não estamos falando aqui de diferenças de visão sobre a melhor forma de gerenciar os serviços públicos ou as empresas estatais. A discussão não é essa. Estamos falando de roubo descarado. Negociatas criminosas. Assalto ao dinheiro público em plena luz do dia. Já não basta a ação do bolsonarista Campos Neto no Banco Central que, com seus jurois pornográficos, vem garantindo que os bancos sangrassem os cofres públicos em mais de R\$ 850 bilhões por ano. Eles querem acabar também com o ensino público no Brasil.

“É um começo para o governo federal apoiar mais e trabalhar junto com os estados”, disse o presidente aos governadores

O presidente Lula apresentou em reunião com os governadores na quinta-feira (31) a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública.

“Eu queria que essa reunião fosse uma reunião em que os governadores não tivessem nenhuma preocupação de falar aquilo que entenderem que devam falar”, disse o presidente.

Ele salientou que não “existe censura, não existe impedimento de cada um dizer aquilo que pensa, aquilo que ele acha que é verdade e, sobretudo, também fazer alguma proposta de solução para que a gente possa dar encaminhamento nesse assunto”.

“Não será em uma única reunião que vamos resolver todos os problemas de segurança, mas é um passo, um começo para o governo federal apoiar mais e trabalhar junto com os estados no combate ao crime organizado”, disse Lula na abertura do encontro.

A PEC assinala que o Fundo Nacional de Segurança Pública e Política Penitenciária não poderá ser contingenciado e terá o objetivo de “garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações em conformidade com a política nacional de segurança pública e defesa social”.

Ele destacou que é fundamental o combate ao crime organizado. “A gente vê, de vez em quando, falar do Comando Vermelho, do PCC. E eles estão em quase todos os estados, disputando eleições e elegendando vereadores. E, quem sabe, indicando pessoas para utilizar cargos importantes nas instituições brasileiras”, disse.

“Essa é uma coisa que é quase que incontrolável se a gente não montar um pacto federativo que envolva todos os poderes da Federação, todos os poderes que estão envolvidos diretamente nisso, e que a gente possa construir um processo que discuta desde o sistema prisional até o sistema do cadastro que cada estado tem. É preciso que haja uma informação sistematizada, organizada, porque a gente não pode continuar permitindo que um criminoso no Paraná possa se esconder indo para São Paulo e tirando outra identidade ou ele comece um crime em São Paulo e vá se esconder em um estado do Nordeste”, ressaltou Lula.

Entre as propostas do governo consta o aumento das atribuições da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), dar status constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública (Susp), criado por lei ordinária em 2018 (Lei 13.675), e também levar para a Constituição Federal as normas do Fundo Nacional de Segurança Pública e Política Penitenciária, unificando os atuais Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário.

No texto da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) apresentada aos governadores o governo sugere que a PRF passe a se chamar Polícia Ostensiva Federal, destinada ao patrulhamento de rodovias, ferrovias e hidrovias federais. Autorizada, a nova polícia também poderá proteger bens, serviços e instalações federais; e “prestar auxílio, emergencial e temporário, às forças de segurança estaduais ou distritais, quando requerido por seus governadores”.

De acordo com o ministro da Justiça e da Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, o texto da Constituição Federal de 1988 “precisa ser aprimorado” para “dar um cunho federativo” ao combate ao crime organizado. “A proposta é alterar a redação dos artigos 21, 22, 23 e 24 – que tratam das competências da União, privativas ou em comum com os estados, municípios e Distrito Federal – e o artigo 144 “que estabelece em detalhes quais são os órgãos que integram o sistema de segurança pública brasileira”, disse o ministro.

Lewandowski lembrou na reunião que a polícia do Rio de Janeiro não conseguiu solucionar o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (Psol), morta em 2018. “No caso Marielle, por 5 anos, desculpe governador Cláudio Castro [PL], a polícia do Rio demorou 5 anos para elucidar o crime e não elu-

cidou. A valorosa, combativa PF entrou com 7 homens e desvendou esse lamentável crime. Não é crítica, estamos colaborando”, afirmou Lewandowski.

O governo defendeu a necessidade de mudar a Constituição argumentando que “a natureza da criminalidade mudou. Deixou de ser apenas local para ser também interestadual e transnacional.”

“Se no passado eram as gangues de bairro, o bandido isolado, violento que existia em uma cidade ou outra, em um estado ou outro, hoje nós estamos falando de uma organização criminosa que ganha contornos rápidos de organização mafiosa no Brasil, já que eles não só estão no crime, mas estão migrando para a economia real. Estão dando cursos de formação para concursos de polícia militar e da polícia civil. Estão participando no financiamento das campanhas eleitorais”, acrescentou Rui Costa, ministro-chefe da Casa Civil.

A PEC assinala que o Fundo Nacional de Segurança Pública e Política Penitenciária não poderá ser contingenciado e terá o objetivo de “garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações em conformidade com a política nacional de segurança pública e defesa social.”

Se aprovado no Congresso Nacional, o governo federal deverá atuar em conjunto com estados e municípios. Um conselho nacional formado pelos três entes federativos deverá estabelecer normas gerais para as forças de segurança. Poderá, por exemplo, definir normas administrativas para o sistema penitenciário e regulamentar o uso de câmeras corporais. O governo federal garante que a PEC não retire competências e nem fere autonomia dos demais entes federativos.

No caso da Polícia Federal, ela passará a ser destinada a “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, inclusive em matas, florestas, áreas de preservação, ou unidades de conservação, ou ainda de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, como as cometidas por organizações criminosas e milícias.

O governo federal ainda quer uniformizar protocolos de segurança como boletins de ocorrência e certidões de antecedentes criminais, e a geração de informações e dados estatísticos. Segundo Lewandowski, a intenção é “padronizar a língua, mas cada estado no seu sistema”, como foi feito no Poder Judiciário para compartilhar e alimantar a mesma base de dados.

Na apresentação aos governadores, o ministro garantiu que a PEC “não centraliza o uso de sistemas de tecnologia da informação; não intervém no comando das polícias estaduais; não diminui a atual competência dos estados e municípios; e não cria novos cargos públicos.”

Com exceção de Ronaldo Caiado (União Brasil), para quem a PEC retira a autonomia dos estados, os governadores deram apoio à proposta, mas pediram mais tempo para avaliar a matéria. Caiado usou a fala para criticar a proposta, alegando que representa uma “usurpação do poder” dos estados. Ele argumentou que a legislação penal e penitenciária deveria ser definida pelos estados, em um modelo similar ao dos Estados Unidos, que possuem um sistema federado. “É uma usurpação de poder, uma invasão de prerrogativa, de uma prerrogativa que já está garantida a nós, governadores”, complementou Caiado.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), por outro lado, saiu otimista da reunião e propôs que a PEC seja enviada ao Congresso com um pacote de medida na área de segurança pública. Em coletiva de imprensa, Tarcísio afirmou que a PEC “não é um produto pronto” e destacou a importância da integração entre o governo federal e os estaduais. Ele considerou a iniciativa como um “primeiro passo na direção correta” e ressaltou que é “fundamental preservar a autonomia dos estados”.

**“Decisão do Ibama é ato grave e foi baseada em interesses externos”, diz senador do PSD**

O senador Lucas Barreto (PSD-AP) denunciou, em pronunciamento no Plenário do Senado na quarta-feira (30), que a decisão do Ibama de arquivar o pedido da Petrobrás para a prospecção de petróleo e gás na Margem Equatorial, no Amapá, “foi baseada em interesses externos e desconsidera a importância estratégica das reservas para o Amapá e para o Brasil”.

“A decisão do Ibama é poesia ambientalista e retórica midiática, que se torna ato público grave quando tenta negar à Petrobrás o direito de buscar a conformidade de pequenos questionamentos técnicos”, afirmou o parlamentar. O senador disse que o órgão não tem autoridade para bloquear, de forma definitiva e sem diálogo, projetos estratégicos que envolvem recursos naturais relevantes, como petróleo e gás.

“O Ibama não tem competência para exilar os amazônidas do direito ao acesso a essas riquezas minerais, estratégicas e motores do bem-estar social do povo do Amapá e do Brasil, tomando uma decisão desse nível sem ouvir o Conselho de Segurança Nacional, a AGU, o Ministério das Minas e Energia, o Ministério da Defesa e o Congresso Nacional”, argumentou.

# Privatização de escolas por Tarcísio deixa Estado com 80% das despesas

Para professores, leilões de escolas de São Paulo é uma “agressão pedagógica que prioriza lucro sobre a educação pública”

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) deu início à uma criminosa privatização das escolas estaduais com leilões realizados na Bolsa de Valores e direito a repasses bilionários aos beneficiados.

Na terça-feira, 29 de outubro, o consórcio Novas Escolas Oeste SP saiu vencedor e receberá R\$ 3,38 bilhões. O consórcio tem como empresa líder a Engeform Engenharia LTDA, que é sócia da Consolare, empresa que administra sete cemitérios na capital paulista.

Na segunda-feira (4), o Consórcio SP + Escolas — liderado pela empresa Agrimat Engenharia e Empreendimentos Ltda — venceu o leilão de privatização do segundo lote de construção e manutenção de 16 escolas públicas estaduais em São Paulo, por R\$ 3,25 bilhões.

Do lado de fora da Bolsa de Valores, estudantes e professores protestavam contra a privatização, quando a Polícia Militar lançou bombas de gás e agrediu alguns manifestantes com golpes de cassetete. O protesto foi organizado pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo e pelas entidades estudantis como a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP).

O leilão de escolas foi alvo de processo judicial movido pelo sindicato dos professores, a Apeosp.

Em decisão liminar, o juiz Luís Manuel Fonseca Pires, ao acolher o pleito do sindicato, destacou que “uma das diretrizes constitucionais do serviço público de educação é o princípio da gestão democrática”. O magistrado também ressaltou que o espaço físico de uma escola está diretamente ligado ao projeto pedagógico, enfatizando que o ambiente escolar é parte do processo educacional e, portanto, uma decisão assim deve ser tomada de forma pública e participativa.

“A gestão democrática da escola envolve a direção pedagógica, a participação direta de professores, estudantes, pais e mães e comunidade local, na forma como se pensam e relacionam-se os espaços que vão além da sala de aula — corredores, quadras, jardins, refeitórios etc.”, sustentou. A decisão, contudo, foi cassada pelo desembargador Fernando Antônio Torres Garcia, presidente do TJ-SP.

## AGRESSÃO

“A questão fundamental de sermos contra esse processo — primeiro porque defendemos a Educação pública como um direito da sociedade e de toda a comunidade escolar. Mas a questão fundamental é essa agressão pedagógica. Primeiro, essa justificativa de separar, é um núcleo administrativo, que vai ter um gerente, talvez, um coordenador, e o diretor. Quer dizer, o diretor já não é mais diretor da escola. Ele será diretor de uma parte da escola. E quando tiver um problema?”, questiona Fábio de Moraes, primeiro presidente da APEOESP em conversa com o HP.

“Vai ser igual ao problema de São Paulo. Vão falar ‘a árvore’, a empresa vai dizer ‘é problema da prefeitura’, a prefeitura vai dizer ‘é de telefone’, a de telefone diz que é da de energia. E ninguém se responsabiliza pela árvore”, compara, em referência ao jogo de empurra-empurra entre a Prefeitura paulistana e a concessionária Enel por ocasião da queda de árvores durante temporais e ventania. “Isso é muito emblemático. Eles (governo) querem se desresponsabilizar (do papel de gerir a Educação). E para mim isso é muito sério: quando o Estado mais rico do país diz que precisa do setor privado para fazer 33 escolas, numa rede de milhões de alunos! Ah, por favor!”, continua Fábio.

## EMPRESA FICARÁ SÓ COM O LUCRO

“A gente é contra a privatização, inclusive por uma questão de princípio porque a Escola é pública, mas realmente há um problema com esses números. Esse consórcio vai ter muito mais dinheiro para fazer o que o Estado é obrigado a fazer nas outras escolas. No valor mensal que o consórcio adquiriu essas 17 escolas, ele vai receber R\$ 11 milhões e 900 mil reais por mês. Por ano dá R\$ 142 milhões e 800 mil reais”. Ou seja, por mês cada escola vai receber R\$ 8 milhões e 400 mil por ano, explica o sindicalista.

Ao longo dos 25 anos de vigência da concessão, “que é outro absurdo — ele não foi eleito para (governar) por 25 anos, o Estado vai investir nesse grupo, para ele cuidar de 17 escolas, R\$ 3,5 bilhões!”, continua o professor.

“A Educação”, explica Fábio, “envolve um valor monumental — porque é grande — e aliás faltam recursos, mas o valor do FUNDEB 2024, foi quase R\$ 20 bilhões”, ressalta. O que dá, segundo ele, uma média por aluno em torno de R\$ 560. No caso da empresa privada, a faixa de custo por estudante será de R\$ 700 — quase 20% acima do que o Estado investe.

“Mas onde é que fica o lucro? Nesse valor do per capita, tá o valor do pagamento do quadro do Magistério, que é a parte mais substancial, porque é onde tá a maioria dos trabalhadores e é a natureza da Educação. Se você pegar aí desses 20 bi aí (orçamento do FUNDEB), em torno de 80% foi de salário”, denuncia o dirigente sindical.

“Essa despesa continuará sendo do governo. Nessas 17 escolas, eles (consórcio) vão ficar com o dinheiro — bruto — certo? E o Estado vai continuar pagando a parte mais pesada, que são os professores. É o filé pra lá, e aí eu seguro a despesa para agradar o setor privado”, completa Fábio de Moraes.

## PRIVATIZAÇÃO FERE A LDB

César Callegari, conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação também corrobora a posição de Pires. “A gestão pedagógica deve estar sempre integrada a gestão administrativa e financeira. São dimensões indissociáveis”, disse à Hora do Povo.

Além disso, a proposta “fere os dispositivos da LDB [Lei de Diretrizes de Base da Educação] que tratam da gestão democrática como princípio fundamental”, afirma. “Escola não é mercadoria negociada na Bolsa de Valores”, enfatiza Cesar, que já foi secretário de Educação Básica do MEC e secretário da Educação do Município de SP.

## CONSÓRCIO INVESTIGADO

O Consórcio Novas Escolas Oeste SP, que tem como principal empresa a Engeform venceu o leilão do Lote Oeste, oferecendo um desconto de 21,43% sobre o valor de referência, que era de R\$ 15,8 milhões mensais. Os pagamentos começarão após a conclusão das escolas. O consórcio será responsável por serviços como merenda, internet, segurança, infraestrutura e limpeza das unidades escolares.

Já o Lote Leste, com licitação prevista para o dia 4 de novembro, abrange 16 unidades construídas nas cidades de Aguiar, Arujá, Atibaia, Campinas, Carapicuíba, Diadema, Guarulhos, Itapetininga, Leme, Limeira, Peruíbe, Salto de Pirapora, São João da Boa Vista, São José dos Campos, Sorocaba e Suzano.

A Engeform é dona da Consolare, grupo que assumiu um dos blocos da maior concessão para a gestão e operação de sete cemitérios e serviços funerários na cidade de São Paulo pelos próximos 25 anos. A empresa também faz parte da Teen Imobiliário, vencedora de dois lotes da PPP Habitacional do Brasil, responsável pela construção de 3.800 unidades habitacionais nos bairros da Mooca e do Ipiranga.

A Consolare está sob investigação do Tribunal de Contas do Município (TCM) por suposta falta de investimentos nas unidades sob sua gestão, como o Cemitério da Consolação, um ano após assumir a administração dos serviços funerários na região.

Outra irregularidade investigada é a cobrança de estacionamento no maior cemitério da América Latina, o Vila Formosa, na Zona Leste de São Paulo. A cobrança começou em 27 de maio deste ano e gerou revolta nos frequentadores pela diária de R\$20 ou a primeira hora de R\$ 12.

As irregularidades que rodam as Parceria-Público-Privadas (PPPs) no Estado paulista e no Município de SP, no caso do projeto de leilão de escolas adquirem contornos ainda mais graves quando se trata de aplicação de recursos públicos. Por si só, a privatização da Educação, um serviço vital para a sociedade, já é algo afrontoso. A situação piora quando se depara com o volume de dinheiro que será drenado dos cofres do Estado para as contas de empresas privadas.

JOSI SOUSA



Estudantes e professores protestavam contra a privatização, quando a Polícia Militar lançou bombas de gás e agrediu alguns manifestantes com golpes de cassetete

## Assassinos de Marielle e Anderson, Ronnie Lessa e Elcio Queiroz são condenados a 78 e 59 anos

Assassinos confessos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, os ex-policiais militares e milicianos Ronnie Lessa e Elcio de Queiroz foram condenados nesta quinta-feira (31), pelo 4º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. Ronnie Lessa foi condenado a 78 anos, 9 meses e 30 dias. Elcio, a 59 anos, 8 meses e 10 dias.

O júri entendeu que eles são culpados de três crimes: duplo homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, emboscada e recurso que dificultou a defesa da vítima), tentativa de homicídio contra Fernanda Chaves (assessora de Marielle) e recepção do veículo usado no crime. Marielle e Anderson foram assassinados em 14 de março de 2018.

Os dois réus também foram condenados a pagar uma pensão para o filho de Anderson, Arthur, até ele completar 24 anos. E pagar, juntos, R\$ 706 mil de indenização por dano moral para cada uma das vítimas: Arthur, Aghata, Luyara, Mônica e Marinete.

Na leitura da sentença, a juíza Lúcia Glicho destacou que nenhuma condenação serviria para tranquilizar as famílias, mas era uma resposta importante à perspectiva de impunidade dos criminosos.

“A justiça por vezes é lenta, é cega é burra, é injusta, é errada, é torta. Mas ela chega. Mesmo para acusados que acham que jamais vão ser atingidos. A justiça chega aos culpados e tira o bem mais importante deles, depois da vida, que é a liberdade”, disse a juíza.

Irmã de Marielle, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, resumiu o que representou o longo período de luta para que os assassinos fossem identificados e punidos.



Executores foram julgados no Tribunal do Júri do Rio

“A gente não vai parar aqui. Em 2018, eu disse que honraria o sangue e a memória da minha irmã. E isso aqui hoje foi um grito que estava guardado na nossa garganta. Uma dor guardada no peito e no coração de cada homem e mulher que estão aqui. A gente vai lutar, não só pela Marielle e pelo Anderson, mas por um projeto que a gente acredita”, disse a ministra.

“Maior legado da Marielle para esse país é a prova de que mulheres, pessoas negras, faveladas, quando chegam aos seus postos merecem permanecer vivas. Quando assassinaram a minha irmã com quatro tiros na cabeça eles não imaginavam a força com que esse país se levantaria” acrescentou.

A viúva de Anderson, Ághata Arnaus, agradeceu a todos que lutaram pela condenação dos assassinos e disse que não se sensibiliza com os depoimentos arrependidos de Ronnie e Elcio.

“Eu ouvi um pedido de perdão de alguém que claramente não tem qualquer arrependimento. E ainda diz que é para aliviar a consciência. Eu digo que quem tem que perdoar é Deus ou qualquer coisa que ele acredite. Eu não perdoo. Nunca. Eu tenho paz na minha vida.

Mas não preciso perdoar”, disse Aghata. “Cinquenta, setenta anos, [isso] é pouco. Que eles fiquem lá para sempre. Anderson e Marielle morreram. E para sempre também”, acrescentou.

Mônica Benício, vereadora e viúva de Marielle, falou sobre os significados das sentenças de hoje para a sociedade brasileira.

“Marielle foi assassinada pelo que defendia, pelo que lutava para derrotar, para defender a democracia. Não há justiça possível que possa trazê-los de volta para nós. Mas esse é um marco para que não aconteça mais. E esse é o principal recado. Como a juíza disse, é o recado para os vários Lessas que estão livres não tenham o sentimento da impunidade”, disse Mônica.

Marinete Silva e Luyara Santos, mãe e filha de Marielle, respectivamente, destacaram a luta da família ao longo desses anos para que os responsáveis pelo crime fossem punidos.

“Não só eu como mãe, mas o Brasil, o Rio de Janeiro, a sociedade de uma maneira geral há muito esperava por isso. São seis anos e sete meses e 17 dias que nós estamos lutando e nunca paramos de acreditar”

## Tarcísio privatiza Loterias de SP e quem leva a bolada é seu colega de governo Bolsonaro

Por R\$ 600 milhões, o consórcio Aposta Vencedora venceu na manhã de hoje (1) o leilão de privatização promovido pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas para entregar à iniciativa privada o serviço estadual de loterias.

O líder do consórcio Aposta Vencedora é Alexandre Manoel da Silva, que foi secretário de loterias nos governos Temer e Bolsonaro.

Silva foi secretário de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria, entre 2018, ainda no governo de Michel Temer, e 2020, no governo de Jair Bolsonaro. A secretaria era subordinada ao Ministério da Fazenda (que se tornou ministério da Economia sob Bolsonaro). Ele deixou o governo alegando motivos pessoais.

Também trabalhou na formulação de um modelo de concessão da Lotex, conhecida como raspadinha. O governo Bolsonaro tentou passar a Lotex para a iniciativa privada, mas não conseguiu.

Em discurso após o leilão, o ex-funcionário de Bolsonaro agradeceu ao governador e

deu destaque às pretensões eleitorais de Tarcísio, colocando em evidência as reais intenções das negociações de Tarcísio. “Honestamente, espero que o senhor esteja aqui até 2030. Se estiver só até 2026, Deus é quem sabe. Mas, se estiver até 2030, seremos parceiros, como acontece no mundo desenvolvido, na alegria e na tristeza”.

## ENTREGUISMO DESENFREADO

Tarcísio confirmou que esta é mais uma iniciativa do seu plano privatista e afirmou que pretende demolir o patrimônio do Estado de São Paulo para “gerar R\$ 500 bilhões com parcerias com a iniciativa privada”.

O consórcio poderá explorar o serviço de forma física ou virtual. Ele não terá a obrigação de oferecer todas as modalidades de jogos porque terá de assumir as responsabilidades e os riscos do negócio, de acordo com os parâmetros do contrato.

Serão duas modalidades de jogos: as instantâneas e as de prognósticos. Na modalidade de loterias instantâneas, o apostador sabe o resultado imediatamente, como a raspadinha, quando o apostador

apenas confere o resultado predeterminado.

Desde que assumiu o governo, Tarcísio atua quase que unicamente privatizando o patrimônio paulista, com seus vídeos “empunhando o martelo” ficando cada vez conhecidos. Em claros ataques contra a população, ele já entregou o controle da maior empresa de saneamento da América Latina, a Sabesp, para o grupo Equatorial Energia, que oferece um serviço considerado pior que o da Enel dos apagões.

Tarcísio também privatizou trechos das linhas da CPTM, que sofrem com as panes da ViaMobilidade e rodovias do litoral paulista, como a Padre Manoel da Nóbrega onde, em um trecho de 70 quilômetros, ele prevê instalar 10 praças de pedágio.

A sanha privatista do bolsonarista não para por aí. Na última semana, ele realizou um leilão para privatizar 17 escolas estaduais e entregar a gestão delas para uma empresa gestora de cemitérios, também privatizados, na cidade de São Paulo.

O custo do contrato: R\$ 3,3 bilhões.



Lula fala durante assinatura do acordo

## Governo Lula anuncia os investimentos do Nova Indústria Brasil e MCTI contrata 10 projetos de inovação

O Governo Federal anunciou nesta quarta-feira (30) investimentos da ordem de R\$ 1,6 trilhão em projetos ligados à Missão 3 Nova Indústria Brasil (NIB), previstos até 2029. O ato, conduzido pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, em Brasília, contou com a participação do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, e da ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos.

De acordo com o governo, o objetivo da Missão 3 do NIB é melhorar a qualidade de vida nas cidades, integrando mobilidade sustentável, moradia, infraestrutura e saneamento básico.

“E investimento recorde. Esse investimento é o que mais gera emprego. Construção civil é emprego na veia. Ele é rápido, impulsiona a atividade econômica, melhorando a qualidade de vida das pessoas. Estamos falando de moradia, saneamento básico, energia renovável, estamos falando de mobilidade”, explicou Alckmin.

Do total dos recursos, 75% serão provenientes da iniciativa privada.

A ministra Luciana Santos detalhou a contribuição do MCTI para esta nova fase da NIB. “Nós assinamos hoje a Financiadora de Estudos e Projetos, no valor total de R\$ 157,2 milhões. A nossa previsão é de que, até o final de 2026, teremos contratado cerca de R\$ 4 bilhões em projetos relacionados aos temas dessa missão”, completou a titular do MCTI.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, assinou que a industrialização do país vai garantir que a economia cresça de maneira sustentada, para o descontentamento dos pessimistas.

“Depois de muito tempo, presidente, é a primeira vez que a indústria lidera o crescimento, neste último trimestre. E o investimento lidera o crescimento. Portanto, teve uma mudança de qualidade. A agricultura é fundamental. O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de alimento do planeta [...] mas a indústria é decisiva para gerar mais valor agregado, inovação, gerar empregos qualificados e dar suporte tanto às outras atividades, inclusive à agricultura”, esclareceu Mercadante.

## LINHAS DE CRÉDITO

R\$ 113,7 bilhões, oriundos das linhas de crédito e subvenções do Plano Mais Produção (P+P), serão investidos, dos quais R\$ 48,6 bilhões já foram direcionados para projetos desde 2023, com outros R\$ 65,1 bilhões disponíveis até 2026.

Criado como um mecanismo duradouro de financiamento para a Nova Indústria Brasileira (NIB), o Mais Produção recebeu um aporte adicional de R\$ 63 bilhões da Caixa Econômica Federal, elevando o total de recursos para R\$ 405,7 bilhões destinados a projetos alinhados às seis missões da NIB. Além da Caixa, o Plano Mais Produção inclui outras instituições parceiras, como BNDES, Finep, Banco do Nordeste (BNB), Banco da Amazônia (Basa) e Embrapii.

## PROJETOS

Dos recursos da Finep, quase R\$ 10 milhões irão para o projeto de um “barco voador”, veículo capaz de voar sobre a lâmina dos rios. A tecnologia vem sendo desenvolvida pela startup amazense AeroRiver. O equipamento poderá transportar até 10 passageiros, inclusive em períodos de seca, alcançando 150 km/h. Os demais projetos envolvem soluções para a aviação sustentável, centros de pesquisa e tecnológicos, remanufatura de resíduos e desenvolvimento de caminhão elétrico autônomo para uso industrial, entre outros.

No início de outubro, a empresa vinculada ao MCTI também assinou um contrato com a Embraer. Trata-se de um projeto de subvenção econômica no valor de R\$ 63,3 milhões, com contrapartida de igual valor pela fabricante de aeronaves, para desenvolvimento de tecnologias que permitirão projetar e fabricar asas de alta eficiência aerodinâmica e estrutural em material composto e de tecnologias associadas à maior automação de tarefas da tripulação.

O Programa Mais Inovação também abriu novas chamadas, com foco na sustentabilidade, para o desenvolvimento de projetos inovadores com recursos não reembolsáveis, para as empresas realizarem em parcerias com ICTs. São elas: Aviação Sustentável (R\$ 120 milhões), Resíduos, Saneamento e Moradia (R\$ 80 milhões) e Mobilidade Urbana (R\$ 150 milhões).

# Provocação contra a contribuição sindical é para esfolar trabalhador



Audiência pública foi presidida pelo deputado federal Daniel Almeida (PCdoB)

## “Juro alto é incompatível com retomada da indústria”, afirmam entidades em audiência

Parlamentares e representantes de empresários e de trabalhadores debateram, em audiência pública na Câmara dos Deputados, os caminhos necessários para a retomada do desenvolvimento industrial do país a partir do programa Nova Indústria Brasil (NIB), proposto pelo governo federal. O debate foi realizado na quarta-feira (30), na Comissão de Desenvolvimento Econômico, presidida pelo deputado federal Daniel Almeida (PCdoB-BA).

“Esse é um tema de interesse ao Brasil, está na ordem do dia e faz parte de ações que o governo federal procura desenvolver. Acho que o Nova Indústria, a reindustrialização do Brasil, o debate sobre os caminhos para o desenvolvimento, vêm com algum atraso. Essa dimensão nos convoca a pensar quais passos precisamos dar, como acelerar esse processo. Se compararmos o atual momento com a década de 80, vemos que a participação da indústria só diminuiu no Produto Interno Bruto (PIB), na geração de empregos, na dimensão para a nossa economia. Estamos com atrasos tecnológicos”, afirmou Daniel Almeida na abertura da mesa.

O debate reuniu a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e dirigentes de importantes confederações e federações de trabalhadores dos setores metalúrgicos, marítimos e da alimentação.

### “SUPERAR ENTRAVES DO RENTISMO”

Ubiraci Dantas (Bira), vice-presidente da CTB, destacou que o Nova Indústria Brasil é um importante programa para a retomada do crescimento do país “porque um país sem indústria é um país sem desenvolvimento”. “No entanto, existem alguns obstáculos que a gente quer colocar aqui para debater. O arcabouço fiscal, de Fernando Haddad, é um dos principais entraves para o desenvolvimento de uma indústria brasileira pujante e que propicie o desenvolvimento de um parque industrial que leve o país em direção a sua soberania.

O arcabouço fiscal limita o crescimento em 2,5%, limita o investimento em produtos e programas sociais, dificulta concretamente que o recurso venha”.

Já o que não têm limite, continua Bira, “são os bilhões de reais que são destinados para o setor financeiro todos os anos. Foram, só nos últimos 12 meses, até agosto, R\$ 780 bilhões. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, proposta por Haddad e aprovada pelo Congresso Nacional, destina para esse ano de 2024, R\$ 1,73 trilhão para o setor especulativo, para quem não produz um produto. Ou seja, os juros altos são um entrave para esse desenvolvimento”, afirma.

### COMPRAS PÚBLICAS E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Samantha Ferreira, diretora da CNI, também apontou o juro alto como um dos fatores que prejudicam o desenvolvimento da indústria, setor que tem “o maior poder de puxar o crescimento econômico”.

“Quando a gente investe R\$ 1 na indústria, gera outros R\$ 2,44 na economia como um todo. Valor que é menor nos demais setores, quando a gente pensa na agropecuária ou no [setor de] serviços. Além disso, quando a gente olha para os investimentos privados em inovação, em pesquisa e desenvolvimento, a maior parte deles, quase 70% deles, é realizado na indústria”. Samantha também destacou as compras públicas como “instrumento bastante importante para o desenvolvimento produtivo e tecnológico quando favorece o desenvolvimento da indústria nacional”.

Roberto Sampaio Pedreira, representando a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), enfatizou a indústria de transformação como essencial. Lembrou que, “entre as categorias que compõem a indústria geral, é a que tem um menor crescimento. Ela [a indústria de transformação] cresce, mas há um percentual de crescimento menor. E esse talvez seja um dos principais

desafios que tem a Nova Indústria Brasil, o de fazer com que a indústria de transformação, representada aqui por muitos trabalhadores, tenha um crescimento que supere outras categorias da indústria, como também dos serviços e da agropecuária”.

### PROTEÇÃO À INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

Carlos Müller, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos (Conttmf), falou da necessidade do desenvolvimento da indústria como fator decisivo para a elevação da renda da classe trabalhadora. Müller também destacou o papel da indústria naval para esse processo.

“Na indústria naval, o principal carro-chefe, internacionalmente, é a construção de navios. Também tem a construção de plataformas de exploração de petróleo, e agora as unidades de geração eólica, que devem entrar com a descarbonização. Mas o Brasil não tem o olhar para essa indústria. Quando um navio é construído, esse processo começa na produção do aço, na produção dos insumos que vão ser utilizados na construção naval. A operação de um navio dura de 20 a 30 anos e, ao final, você tem a necessidade de reciclar esse navio com atividade de desmantelamento, que também é feito pela indústria naval”, completou.

O dirigente sindical lembrou que o setor naval chegou a empregar mais de oitenta mil trabalhadores no Brasil, mas “sofreu um revés terrível há alguns anos e chegou no fundo do poço. Agora começou a retomar, mas de forma lenta. Temos que debater subsídio, que aqui no Brasil precisa sempre ‘falar baixinho’, não pode falar subsídio. Como não pode falar subsídio se a maior parte dos países que dominam a tecnologia dão pesados subsídios a suas indústrias?”

Leia a íntegra em [horadopovo.com.br](http://horadopovo.com.br)



## Corte no seguro-desemprego e abono só se me demitirem, afirma ministro Luiz Marinho

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou nesta quarta-feira (30) que não foi procurado por ninguém para discutir cortes no seguro-desemprego e no abono salarial.

“Para mim, esse debate não existe. O ministro do Trabalho não foi procurado por ninguém para discutir corte de benefício aos trabalhadores”, disse na coletiva sobre o resultado do Caged de setembro. “Não me consta que nenhum ministro de Estado tenha discutido esse assunto”, afirmou.

“Se ninguém conversou comigo, não existe. Eu sou responsável pelo trabalho e emprego. A não ser que o governo me demita”, declarou Marinho. “Seguro-desemprego não é gasto”, afirmou, ressaltando que uma eventual decisão do governo sobre cortes ou mudanças em políticas vinculadas à sua pasta, sem sua participação, seria uma “agressão”.

Questionado se pediria demissão nesse caso, respondeu: “se eu for agredido, é possível. Nunca fui”. “Não tem debate de cortar abono, seguro-desemprego ou acabar com a multa do fundo de garantia”, frisou.

Sobre os cortes de despesas, Marinho afirmou que o Brasil precisa é “cortar juros” para crescer mais.



## Servidores do Inmet fazem paralisação de 24 horas contra corte de verbas

Os servidores do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) fazem uma paralisação de 24 horas nesta quarta-feira (30), em protesto contra o desmonte do órgão e por melhores condições de trabalho.

A categoria também reivindica a suspensão das demissões dos trabalhadores terceirizados, enquadramento dos servidores do Inmet na carreira de Ciência e Tecnologia e abertura de diálogo institucional para reestruturação do órgão e correção de distorções das carreiras.

A paralisação, que, além de servidores do DF, também atinge os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Amazonas, Rio Grande do Sul e Pernambuco, foi aprovada em reunião ampliada no dia 18 de outubro.

De acordo com um manifesto divulgado pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), intitulado “Quem responderá pelo apagão climático no Brasil?”, o órgão, que completa 115 anos no próximo dia 19 de novembro, recebeu este ano o menor orçamento anual de sua história.

A entidade diz que as reivindicações e relatos sobre as condições de trabalho enfrentadas pelos funcionários do Inmet já foram levadas ao conhecimento do Ministério da Agri-

cultura e Pecuária (Mapa), ao qual o órgão é vinculado.

“Cerca de 25% do valor necessário para o correto funcionamento da instituição. Fato que ocasionou a paralisação de diversos serviços, entre eles, o monitoramento meteorológico, o atendimento ao público e aos veículos de comunicação”, aponta o manifesto.

Segundo a entidade, o orçamento, que em 2020, foi de R\$ 29,1 milhões, caiu para R\$ 11,5 milhões no primeiro semestre deste ano.

No manifesto, a entidade ressalta o aumento da demanda por previsões e alertas detalhados, especialmente diante de eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes.

“Para os mais diversos setores da sociedade, a demanda é crescente por informações meteorológicas e climatológicas de qualidade”, diz o documento. Para o diretor da Condsef, José César, o quadro atual do Inmet é “dramático”. “Está faltando tudo, desde pessoal à estrutura”, afirmou.

A Condsef enviou um pedido de audiência ao ministério da Agricultura para tratar do assunto, pedido enviado também ao presidente Lula e ao ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Márcio Costa Macêdo.

Entidades sindicais denunciam que “ação contra contribuição sindical para custeio do sindicato foi golpismo à democracia”

O Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e à Família do Estado de São Paulo (Sitraemfa), que representa 40 mil trabalhadores, conquistou na campanha salarial da categoria um reajuste salarial de 5%, acima da inflação, para os filiados e não filiados ao sindicato, muito superior à média do que tem sido acordado por outros sindicatos que representam categorias maiores e mais tradicionais.

Depois da conquista, a entidade foi vítima de um ataque de grupos insatisfeitos com a vitória da categoria contra o arrocho salarial. Os patrões, grupos fascistas e a imprensa antissindical insuflaram uma parte da categoria a desautorizar a contribuição para a entidade, aprovada em assembleia após a vitória da campanha.

O ardil ganhou as manchetes do Jornal Nacional imediatamente, como se já soubessem do acontecido. Participaram da tentativa de golpe grupos de direita, extrema-direita e desavisados, com adesivos do então candidato, agora eleito prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes e do marginal, Pablo Marçal. O tumulto foi provocado por desordeiros de extrema direita, atirados pela matéria sensacionalista da Globo.

A denúncia foi feita em notas de repúdio pelo Sindicato dos Professores da

Escola Paula Souza, pela Federação Estadual dos Trabalhadores em Educação do Estado de São Paulo (FETE-SP), e pela APEOESP, que é o sindicato único dos professores da rede estadual.

Para o custeio da entidade foi aprovado desconto de 2% de um salário uma vez ao ano. Como as conquistas obtidas pelo sindicato são dirigidas a todos os trabalhadores, os participantes da assembleia, como manda a lei, aprovaram que o desconto, para manter a entidade, seria dirigido a toda a categoria. Além de ser submetido à assembleia, é possível rejeitar a cobrança por meio da apresentação da Carta de Oposição à Contribuição Sindical.

Segundo avalia a nota das entidades, o artifício foi criado no rastro deixado pela reforma trabalhista do governo Temer. Essa iniciativa conjunta “entre grupos de extrema-direita e extrema-esquerda (a denominada 5ª coluna) nos leva a uma clara ação antissindical e antidemocrática no país”, no modelo do golpismo de 8 de janeiro”, pode-se completar.

Na própria fake news, a Globo expõe que a contribuição sindical foi uma iniciativa do governo Getúlio Vargas. Não por mero acaso, oculta que o objetivo era fortalecer a organização sindical, a negociação coletiva e garantir o cumprimento da CLT.

CARLOS PEREIRA



## “Reforma administrativa é ameaça a quem depende do serviço público”, alerta Auditoria Cidadã da Dívida

A organização Auditoria Cidadã da Dívida divulgou um nota, nesta terça-feira (29) alertando para uma possível “reforma administrativa” debatida no governo. De acordo com a associação, “essa reforma, que está alinhada com o plano de cortes de gastos sociais do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, representa uma séria ameaça à sociedade brasileira que depende serviços públicos”.

Leia, a seguir, a íntegra da nota:

Setores de varejo e serviços, na carona neoliberal da condução econômica do governo, está formando uma coalizão que visa uma reforma administrativa profunda, incluindo cortes de direitos de servidores públicos e a flexibilização das regras de estabilidade e demissão. Essa reforma, que está alinhada com o plano de cortes de gastos sociais do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, representa uma séria ameaça à sociedade brasileira que depende serviços públicos.

A promessa é de mudanças estruturais, como a demissão por “baixo desempenho”, o enfraquecimento do estágio probatório e a limitação da estabilidade a poucas áreas estratégicas. Tudo isso

tem como pano de fundo o falso argumento de que o Brasil gastaria mais com o funcionalismo do que outros países, mas omite que o principal gasto é com o estéril Sistema da Dívida.

Na verdade, uma reforma como essa visa gerar mais dinheiro para o Sistema da Dívida, enquanto promove a precarização do serviço público e a diminuição de sua capacidade de atender bem a população.

A Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) alerta: “É hora de o movimento sindical mostrar sua força e mobilização.” A reforma ameaça o funcionalismo, limitando garantias básicas para muitas categorias, e favorece privatizações e o Sistema da Dívida.

Com o movimento encabeçado pela Frente Parlamentar do Livre Mercado e várias entidades, está claro que os interesses de mercado têm mais influência que os da sociedade civil. Se essa reforma for adiante, podemos esperar um cenário de demissões em massa e redução drástica de direitos, afetando serviços essenciais à sociedade e aumentando a precarização.

Para quem defende um Brasil mais justo e comprometido com a qualidade dos serviços públicos, essa é a hora de agir e pressionar o Congresso para rejeitar mais essa proposta que coloca os interesses do mercado acima do bem-estar da população.





Jack Guez/AFP

Washington envia munição para Israel

## Embaixadora dos Estados Unidos em Beirute estimula uma guerra civil no Líbano

“O povo libanês deve mostrar seu desejo de se levantar e se livrar do Hezbollah e retornar ao contexto que emergiu após o assassinato de Rafik Hariri, especialmente porque as circunstâncias regionais, internacionais e de campo estão a seu favor”, disse a embaixadora norte-americana no Líbano, Linda Johnson, ao instigar setores subservientes a Israel contra a Resistência à ocupação.

A carnificina israelense contra Gaza e o Líbano não parece saciar a sede por sangue do Império americano em sua cruzada por aprofundar a dominação no Oriente Médio. A declaração acima, divulgada pelo jornal libanês “Al Khbar”, Linda Johnson acrescentou, em sua despuddorada interferência, que “Israel não pode conseguir tudo por meio da guerra; é hora de você fazer sua parte e lançar uma revolta interna sob a bandeira de ‘Basta’”, reforçando que a diretrix do governo Biden, além de empanturrar Israel de armas e munição, é ajudar o regime de Netanyahu a varrer o Hezbollah (organização que cresceu na luta para expulsar o ocupante israelense do sul do Líbano sob o governo de Menachem Begin).

Linda Johnson expressou a vontade de Washington de dizimar a Resistência ao dizer que o Líbano deveria “se preparar para a era pós-Hezbollah”.

As declarações da embaixadora, publicadas pelo portal The Cradle, que informa as ter obtido de fontes libanesas, foram formuladas a um grupo de políticos do Líbano aos quais garantiu apoio norte-americano para “um levante”: “Do que vocês parecem ter medo? O Hezbollah já foi derrotado, sua liderança destruída, e nós estamos com vocês e todo o mundo livre se coloca ao lado de vocês”.

A agressão israelense ao Líbano – que sucede ao genocídio já praticado em Gaza e se estende à Cisjordânia – já aproxima de 3.000 o número de libaneses mortos e de dois milhões o de deslocados da região sul do país, além da derrubada de prédios inteiros na capital Beirute.

De acordo com a fonte que vazou as informações, os americanos estão tentando fomentar divisão interna no Líbano, criando divisão entre cristãos e muçulmanos e suas várias vertentes dos dois grupos. Já houve uma guerra civil no Líbano entre os anos 70 e 90 que matou mais de 150 mil pessoas. “Por que vocês parecem estar com medo? O Hezbollah foi derrotado, sua liderança foi destruída e estamos com você, e todo o mundo livre está ao seu lado”, teria dito a embaixadora para políticos libaneses.

A diplomacia americana está tentando incitar os grupos entreguistas no qual exerce influência contra a resistência libanesa do Hezbollah que até agora foi o único grupo no Líbano que faz resistência à invasão e ocupação israelense.

A embaixadora americana segundo o jornal estaria tentando forçar novas eleições no país querendo impor o General das Forças Armadas do Líbano, Joseph Aoun como presidente do país. “Ele (Aoun) nomeará um comandante forte para o Exército libanês, e apoiaremos o Exército na contenção de todos os apoiadores do Hezbollah. Você terá o apoio dos estados árabes e do Ocidente. Mas a hora de agir é agora.”

Os EUA junto com seus aliados árabes, mantêm o Líbano empobrecido através de sanções e mesmo com a crise econômica de 2019 (que por causa da pandemia do coronavírus e as explosões do porto de Beirute em 2020 que mergulharam ainda mais o país em crise) foi negado o envio de alívio financeiro com intuito de enfraquecer economicamente e submeter o Líbano.

## Governo boliviano rechaça a tomada de quartéis por grupos seguidores de Evo Morales

O presidente boliviano, Luis Arce, em declaração ao povo boliviano, relatou que grupos armados que têm afinidade com Evo Morales tomaram de assalto três unidades militares nas regiões de Chapare e Cochabamba.

Nesta agressão fizeram reféns militares, familiares e profissionais de saúde.

Segundo informa a Agência Boliviana de Informação (ABI), as unidades são o Regimento Cacique Juan Marazón onde tomaram conta também de armamento e munição no depósito do regimento. Também foi invadido o Regimento de Infantaria Coronel Epifanio Rios, localizado em Cochabamba e por último uma base naval fluvial em Porto Villarroel.

Arce aponta que “a tomada de uma instalação militar por grupos irregulares é, em qualquer parte do mundo, um delito de traição à pátria. Trata-se de um ato criminoso que está distante de qualquer reivindicação social do movimento indígena camponês”.

“É afronta não só às Forças Armadas, mas à Constituição Política do Estado e ao próprio povo boliviano, que rechaça de maneira contundente os bloqueios criminosos, assim como ações delinquentes”, acrescentou o presidente boliviano referindo-se aos bloqueios de estradas espalhados pelo país que já acontecem há 19 dias.

Arce acrescenta que estes grupos que atacaram os quartéis realizaram uma “ruptura da ordem pública legalmente constituída e de nossa democracia, com o único objetivo de encurtar nosso mandato, impor uma candidatura inconstitucional e lograr a impunidade em processos judiciais”.

O presidente boliviano destacou que fará uso de suas atribuições constitucionais para cuidar da paz para o povo. “Continuaremos levando adiante ações orientadas a reestabelecer a ordem pública, cuidando da vida dos cidadãos, a paz social, assim como o direito do povo ao livre trânsito, ao acesso a combustíveis, alimentos e medicamentos”, assegurou Arce.

# Africa do Sul leva a Haia provas do genocídio israelense em Gaza



Devastação perpetrada por Israel em bombardeio ao norte de Gaza

## UNICEF denuncia massacre de crianças na Faixa de Gaza: 50 assassinatos em dois dias

A diretora executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Catherine Russell, em comunicado ao Estado ocupante de Israel, exigiu o fim dos ataques a civis, trabalhadores humanitários e restantes instalações e infraestruturas na Faixa de Gaza.

“No fim de semana assistimos a uma escalada sangrenta de ataques no norte da Faixa de Gaza, com relatórios indicando que 50 crianças em Jabalia foram vítimas de ataques nos últimos dois dias, observando que todos os residentes nessa região, especialmente as crianças, estão em perigo iminente, risco de morte por doenças, fome e bombardeios constantes”, denunciou Catherine.

A diretora do UNICEF pediu ainda para realizar uma “investigação imediata” sobre as circunstâncias do ataque que teve como alvo o diretor da UNICEF, Fayrouz Mahmoud Abu Wardeh, que ficou ferido depois que uma bomba foi lançada de um avião quadricóptero contra um carro pertencente à organização, ontem sábado, na cidade de Jabalia, no norte da Faixa de Gaza.

Durante cerca de um mês, o exército do genocida Benjamin Netanyahu intensificou a sua agressão militar no norte de Gaza, particularmente em Jabalia e no seu campo, onde continua a bombardear civis, a explodir as suas casas e a impedir a entrada de ajuda, alimentos, água, medicamentos e combustível.

Na semana passada, a UNICEF condenou a proibição por Israel da atuação da Agência das Nações Unidas



Palestinos procuram por vítimas de bombardeio

de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) no país, fato que destruirá o sistema humanitário na Faixa de Gaza, lamentando “ter sido encontrada uma nova forma de [ali] matar crianças”.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, também se pronunciou sobre a desumana medida, afirmando que a decisão de Israel de proibir a atuação da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) no país “pode ter consequências devastadoras para os refugiados palestinos no Território Ocupado, o que é inaceitável”.

### OCUPAÇÃO

As forças de ocupação israelenses impediram que os alunos chegassem à Escola Primária Ziad Jaber, na Cidade Velha de Hebron, neste fim de semana, fechando a estrada de acesso com arame farpado.

Aref Jaber, um ativista local pelos direitos humanos, relatou que a estrada que leva à escola foi bloqueada, deixando mais de 40 alunos presos perto da rua, que fica a menos de 30

metros da escola, sem conseguir alcançá-la. Os bloqueios acontecem rotineiramente, de acordo com os critérios dos colonos israelenses e das forças militares.

As atuais restrições israelenses prejudicam severamente a educação dos estudantes locais, aumentando os desafios persistentes enfrentados pelos cidadãos palestinos locais na área em que vivem sob ocupação militar israelense, constatou Jaber.

De acordo com fontes do Ministério da Saúde da Palestina, o número de mortos confirmados aumentou para 43.341 desde o início da guerra genocida na Faixa de Gaza, em 7 de outubro de 2023.

As mesmas fontes apontaram que o número de feridos subiu para 102.105, enquanto há milhares de vítimas abaixo dos escombros e nas ruas, mas as equipes de resgate não conseguem chegar até elas.

Além disso, as tropas israelenses cometeram quatro massacres contra famílias na Faixa de Gaza, deixando 27 mortos e 86 feridos, nas últimas 24 horas.

## “Israel matou 102 profissionais de saúde com ataques ao Líbano”, denuncia a OMS

“Estamos profundamente preocupados com os crescentes ataques contra os profissionais de saúde e as instalações de saúde no Líbano”, afirmou a porta-voz da Organização Mundial da Saúde (OMS), Margaret Harris, nesta sexta-feira (19), no momento em que a organização já computa 102 mortos e 83 feridos nos últimos ataques de Israel ao Líbano.

“No total, foram verificados 55 ataques, mas o Departamento de Saúde informa que os números são muito maiores, com muitos trabalhadores mortos e feridos fora do serviço. Isso é importante porque os sistemas de saúde já estão sobrecarregados”, assinalou a porta-voz.

Destacou que “os profissionais de saúde estão sofrendo de estresse e deslocamento. Continuamos a perder profissionais de saúde num momento em que são mais necessários”, ao mesmo tempo em que reiterou “uma e outra vez que os cuidados de saúde não devem ser um alvo e os profissionais de saúde não devem ser um alvo”.

“Todos estão sofrendo para obter o nível de cuidados médicos de que necessitam devido aos contínuos ataques ao sistema de saúde”, observou, enfatizando que o sistema de saúde no Líbano já estava numa situação crítica.

“O acesso aos cuidados médicos é uma verdadeira luta para todos no Líbano, mas, claro, o problema é maior nas



Regime de Netanyahu ataca os serviços de Saúde

áreas onde os hospitais foram atacados”, frisou a diretora da OMS.

Pelo menos 2.897 pessoas foram mortas no Líbano e 13.150 ficaram feridas em ataques israelenses desde o início da guerra em Gaza, segundo o Ministério da Saúde libanês.

### CIDADES HISTÓRICAS

Por outro lado, outra violência que Israel está cometendo contra o Líbano é a destruição da sua memória. A partir de 7 de Outubro passado, os incessantes bombardeios israelenses atingiram as importantes mesquitas de Yaroun, Kfar Dunin, Maroun al Ras, Tayr Debba, Kfar Tibnit, Qantara,

Blida e Mijdal Salem; bem como um templo feminino na cidade de Mifdoon e uma igreja católica grega melquita na cidade de Tiro.

“O genocídio flagrante na Faixa de Gaza está aí para todos os que não estão cegos pelo preconceito verem”, disse o porta-voz de Cyril Ramaphosa

No extenso dossiê de 4.750 páginas, denominado memorial, a documentação é um chamado à comunidade global diante da urgência de proteger o povo palestino, destacou o porta-voz do governo sul-africano.

A África do Sul forneceu provas forenses à Corte Internacional de Justiça (CIJ) de que Israel está cometendo genocídio em Gaza, denunciou o gabinete do presidente Cyril Ramaphosa, após o país apresentar na segunda-feira (28) documentos expondo seu caso completo perante o tribunal. São mais de 750 páginas de evidências, com mais 4.000 páginas de anexos.

“As evidências mostrarão que subjacente aos atos genocidas de Israel está a intenção especial de cometer genocídio, o fracasso de Israel em prevenir o incitamento ao genocídio, em prevenir o genocídio em si e em punir aqueles que incitam e cometem atos de genocídio”, disse a presidência sul-africana.

“O memorial da África do Sul é um lembrete para a comunidade global se solidarizar com o povo da Palestina e impedir a catástrofe. A devastação e o sofrimento só foram possíveis porque, apesar das ações e intervenções da CIJ e de vários órgãos da ONU, Israel não cumpriu suas obrigações internacionais”.

A documentação com provas do genocídio foi entregue à Corte de Haia no mesmo dia em que o Knesset, o parlamento israelense, acintosamente aprovou a proibição da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina, o maior fornecedor de alimentos e assistência de saúde à população de Gaza, criada pela Assembleia Geral da ONU em 1949, logo após a Nakba, a Catástrofe, como os palestinos denominam a expulsão de 800 mil deles durante a limpeza étnica em paralelo à implantação do Estado de Israel.

O que não apenas viola o direito internacional, como agravará incontestavelmente a fome e mortes que já grassam na Gaza ocupada. Em março, a África do Sul já argumentara perante a CIJ, em um de seus pedidos ao tribunal para ordens provisórias contra Israel, que as tentativas de paralisar a agência estavam entre os atos deliberados por parte de Israel.

### “SOLUÇÃO FINAL” A GAZA

Os bombardeios israelenses indiscriminados contra uma das áreas mais densamente habitadas do planeta já causaram, de acordo com as autoridades médicas palestinas, mais de 43 mil mortos, a maioria mulheres e crianças, e mais de 100 mil feridos, muitos deles mutilados permanentemente. Mortos enquanto dormiam, quando estavam em abrigos sob a bandeira da ONU, ou no pátio de hospitais. Assassinados quando estavam na fila para conseguir comida.

Segundo a mais respeitada revista médica do mundo, The Lancet, que tem expertise nesse tipo de investigação (no Iraque), o total de mortos em Gaza está próximo de 200 mil, considerando as mortes indiretas, decorrentes da falta de cuidados médicos, da fome e da devastação generalizada.

O caso da África do Sul contra Israel na CIJ afirma que este está violando a Convenção das Nações Unidas sobre Genocídio, adotada em 1948 exatamente em resposta ao Holocausto cometido pelos nazistas.

Em petições perante o tribunal em janeiro, a equipe jurídica sul-africana argumentou que declarações de autoridades israelenses expressavam abertamente a disposição de aniquilar os habitantes palestinos de Gaza. Inclusive chamando-os “animais humanos” e que não havia “civis inocentes” quanto ao ataque do Hamas em 7 de outubro, que muitos viram como uma fuga do maior campo de concentração a céu aberto do mundo, depois de “57 anos de ocupação sufocante”, nas palavras do secretário-geral da ONU, António Guterres.

A equipe teve de condensar milhares de páginas de

evidências de “brutalidade impensável” em argumentos legais, explicou Zane Dangor, diretor-geral do Departamento de Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul.

### O GENOCÍDIO

“É um caso clássico de genocídio”, disse Dangor, acrescentando que a “intenção é clara”. “Atos genocidas sem intenção podem ser crimes contra a humanidade. Mas aqui, a intenção está na frente e no centro.”

“Você está vendo declarações de líderes, mas também de israelenses comuns dizendo ‘mate todos os habitantes de Gaza, até mesmo os bebês’”, apontou.

“Com esse nível de depreciação, assassinato intencional e imunidade, onde Israel diz: ‘Vamos cometer genocídio e nos safar, como você ousa chamá-lo de genocídio’, temos o dever de pará-lo”, disse Dangor.

Entre as declarações de óbvias intenção genocida, estão as observações do ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant, em novembro de 2023, nas quais fez referência a Gaza enquanto aludia a possíveis ações contra o Líbano.

“Estou dizendo aqui aos cidadãos do Líbano, já vejo os cidadãos de Gaza andando com bandeiras brancas ao longo da costa... Se o Hezbollah cometer erros deste tipo, quem pagará o preço será, em primeiro lugar, os cidadãos do Líbano. O que estamos fazendo em Gaza, sabemos como fazer em Beirute”, disse Gallant na época.

O governo sul-africano não divulgou publicamente o memorial porque esta é a prerrogativa do tribunal, mas disse que continha evidências persuasivas de violação da Convenção do Genocídio, inclusive por meio da privação de ajuda humanitária e do uso de fome em massa como arma de guerra “para promover os objetivos de Israel de despovoar Gaza por meio de morte em massa e deslocamento forçado de palestinos”.

Tanto Ramaphosa quanto seu ministro das Relações Internacionais, Ronald Lamola, apontaram para a campanha implacável de Israel em Gaza e sua incursão no Líbano como prova de que o Conselho de Segurança da ONU falhou em seu mandato sobre paz e segurança – o que analistas consideraram que se deve ao encobrimento propiciado por Washington, utilizando o poder de veto.

A África do Sul recorreu três vezes ao tribunal para obter medidas provisórias desde que a CIJ proferiu um julgamento provisório em janeiro, no qual considerou que havia risco de violação dos direitos do povo palestino à proteção contra o genocídio. Em maio, a CIJ ordenou que Israel suspendesse suas operações militares em Rafah, no sul de Gaza, por 13 a 2.

### “CRIME DOS CRIMES”

Ao levar o caso à Corte Internacional de Justiça da ONU e enquadrar as ações de Israel na lei, a África do Sul mudou a forma como a conduta de Israel é vista e contribuiu para os pedidos de cessar-fogo em Gaza, assinalou Lamola. Vários países, entre eles Espanha, México e Turquia, se somaram à denúncia da África do Sul contra o genocídio.

“O que temos estado dizendo é que genocídio é o crime dos crimes”, disse Chrispin Phiri, a porta-voz da chancelaria sul-africana. A chefe da Associação Internacional de Estudiosos do Genocídio, Melani O’Brien, disse que um veredicto de culpado pressionaria outros países a reconsiderar seu relacionamento com Israel, inclusive forçá-los a um embargo de armas.

Falando na cúpula do BRICS na Rússia na semana passada, Ramaphosa disse aos líderes mundiais que, juntamente com sua ação legal na CIJ, a África do Sul permaneceu “inabalável” em seu apoio ao estabelecimento de um Estado palestino, soberano, viável, com Jerusalém Oriental como capital e vivendo em paz sob as fronteiras de 1967. “Acreditamos que o mundo não pode ficar parado e assistir ao massacre de pessoas concluiu

# Por 187 a 2 bloqueio dos EUA a Cuba é condenado na ONU



Ataque aéreo israelense em Gaza

## As raízes do colonialismo no genocídio israelense em Gaza

Benjamin Norton\*

Israel está realizando um genocídio em Gaza. Isso é precisamente o que vários especialistas das Nações Unidas determinaram.

Vários países se juntaram à África do Sul em um processo na Corte Internacional de Justiça acusando Israel de cometer genocídio contra o povo palestino, e juízes em Haia declararam que é “plausível” que Tel Aviv esteja violando a Convenção de Genocídio.

Altos funcionários israelenses fizeram apelos genocidas pela eliminação do povo palestino, a quem demonizam como “animais humanos”. O ministro das Finanças de extrema-direita de Israel, Bezalel Smotrich, argumentou que seria “justificado e moral” matar de fome todos os 2 milhões de civis palestinos em Gaza. (Ele, no entanto, lamentou que a comunidade internacional não permitisse isso.)

Algumas pessoas que não acompanham de perto a geopolítica estão totalmente confusas sobre como um estado que afirma representar o povo judeu (embora muitos judeus ao redor do mundo se oponham a ele) possa cometer crimes tão hediondos, depois que os judeus europeus sofreram um horrível genocídio nas mãos da Alemanha nazista e seus aliados fascistas.

Para entender o flagrante genocídio que Israel está realizando hoje em Gaza, com o total apoio do governo dos EUA e da maior parte da Europa, é importante estudar a história do sionismo – o movimento que buscou estabelecer um etnoestado judeu – e reconhecer as raízes do sionismo no colonialismo ocidental.

Ao contrário da crença popular, Israel não foi fundado em resposta à barbárie do Holocausto nazista. O império britânico já havia endossado a criação de um regime colonial israelense na Palestina histórica três décadas antes, na Declaração Balfour de 1917, em um momento em que a Europa estava colonizando a Ásia Ocidental (um termo melhor para o Oriente Médio).

Não é coincidência que a Declaração de Balfour tenha ocorrido imediatamente após o Acordo Sykes-Picot de 1916, no qual os impérios britânico e francês dividiram o território do Império Otomano e estabeleceram suas próprias colônias na Ásia Ocidental.

O sionismo foi modelado diretamente após os movimentos colonialistas europeus do século 19.

O “pai fundador” do movimento político sionista, Theodor Herzl, escreveu uma carta a Cecil Rhodes, o colonizador genocida da África (que deu nome à Rodésia), pedindo ajuda para colonizar a Palestina. Na carta, Herzl se gabou de que o sionismo era “algo colonial”.

Tranquilizando seus patrocinadores coloniais europeus, Herzl insistiu que Israel (que ele chamou de “Der Judenstaat”) “faria parte de um muro de defesa para a Europa na Ásia, um posto avançado da civilização contra a barbárie”.

Esta é a mesma linguagem colonial ainda usada hoje pelo líder mais antigo de Israel, o primeiro-ministro de extrema-direita Benjamin Netanyahu. “Estamos protegendo você”, disse Netanyahu ao Congresso dos EUA em um discurso em julho de 2024. “Este não é um choque de civilizações. É um choque entre barbárie e civilização”.

Enquanto os apoiadores de Israel no século 21 geralmente minimizam as raízes coloniais do Estado, os líderes sionistas originais se orgulhavam de sua ideologia colonialista; eles não esconderam isso. Um influente grupo sionista inicial se autodenominava Associação de Colonização Judaica da Palestina.

Um dos principais aliados políticos de Herzl foi o secretário de Estado britânico para as colônias Joseph Chamberlain, um colonialista ideologicamente comprometido e encharcado de sangue que se opôs violentamente à soberania da Irlanda e aterrorizou os povos que viviam sob o domínio colonial britânico na África.

Na verdade, o império britânico inicialmente considerou a criação de um regime sionista em Uganda, que também havia colonizado na África Oriental, antes de se estabelecer na Palestina. A Declaração Balfour de 1917 do Reino Unido foi a luz verde para a criação de Israel colonizando a Palestina – novamente, décadas antes da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto nazista.

O frenesi fascista do regime israelense hoje faz mais sentido quando se entende que tanto o sionismo quanto o nazismo se originaram no colonialismo europeu.

Os nazistas queriam colonizar a Europa Oriental para ter “Lebensraum” (espaço vital) e tentaram matar e limpar etnicamente os habitantes da região para roubar suas terras; assim como os sionistas querem colonizar a Palestina histórica e outras partes da Ásia Ocidental para expandir o “espaço vital” de seu próprio etnoestado supremacista, mandando e limpando etnicamente os habitantes indígenas para roubar suas terras. [...]

(\* Benjamin Norton é jornalista, fundador e editor do Geopolitical Economy Report. Ele morou na América Latina por vários anos e agora mora em Pequim.

Publicado originalmente em Geopolitical Economy Report

Leia a íntegra no site da Hora do Povo



“A pequena Cuba derrotou mais uma vez o Império”, disse o presidente Díaz-Canel

## México retoma controle estatal da Pemex e da empresa federal de eletricidade (CFE)

A presidente Claudia Sheinbaum assinou na quinta-feira passada o decreto que coloca as principais empresas de energia e petróleo do país novamente sob controle do Estado, e “devolve a Petróleos Mexicanos (Pemex) e a Comissão Federal de Eletricidade (CFE) ao povo do México”.

Depois da formalização das mudanças constitucionais que tinham sido enviadas pelo ex-presidente Andrés López Obrador em fevereiro passado e que foram recentemente aprovadas no Congresso, a medida visa “garantir a continuidade, a segurança e a acessibilidade de todos os mexicanos a recursos estratégicos”, afirmou a presidente.

A partir de 1º de novembro o governo federal tem “a propriedade e o controle destes órgãos e empresas públicas do Estado”.

Assim, o atual governo reverteu parte da reforma energética que o ex-presidente neoliberal Enrique Peña Nieto promoveu há quase 11 anos e que envolveu a privatização das duas principais empresas do setor.

Também foi assinado o decreto sobre questões ferroviárias, para que o Estado possa voltar a operar os trens de passageiros. Ambas as medidas serão publicadas no Diário Oficial da Federação na próxima semana.

A presidente afirmou, durante sua habitual coletiva de imprensa diária (conhecida como La Mañanera del Pueblo), que esta é “uma reforma muito importante, que devolve ao povo as empresas que sempre pertenceram a toda a população do México e que em 2013 foram privatizadas”. No caso da Pemex, ressaltou que “a reforma é fundamental para o desenvolvimento nacional”.

### EMPRESAS ESTRATÉGICAS

Por sua vez, Luz Elena González, Secretária de Energia, declarou que “nos enche de orgulho a reforma constitucional relativa a áreas e empresas estratégicas do Estado mexicano”.

“É algo que nunca deveria ter sido perdido... A mal chamada reforma energética provocou o desmembramento de todas as empresas públicas do Estado mexicano. Transformaram-nas em empresas privadas e competiam entre si, com recursos públicos. Haviam se tornado uma mercadoria comum e corrente, deixando de ser estratégicas”, afirmou.

Agora, frisou, muda a natureza da Pemex e da CFE, além de incorporar o litio como área estratégica

do Estado do México. “Estamos muito felizes porque este acordo foi assinado.”

Por outro lado, o governo destacou a capacidade do Estado de voltar a operar trens de passageiros.

Andrés Lajous, diretor geral da Agência Reguladora do Transporte Ferroviário, comentou que este governo estabeleceu o objetivo de construir 3 mil quilômetros de trilhos ferroviários.

Apontou que com a reforma o Estado mexicano recupera o direito de uso das ferrovias e poderá dar cessões a empresas públicas ou concessões a empresas privadas, segundo considerou necessário.

Lembrou que já foram iniciados os estudos de três projetos ferroviários: México-Pachuca; México-Querétaro; Trem maia para serviços de carga.

Em entrevista coletiva, a presidente Claudia Sheinbaum Pardo também anunciou que enviará à Câmara dos Deputados a alteração da Lei Orgânica do governo mexicano para a criação das Secretarias da Mulher, bem como da Ciência, Humanidades, Tecnologia e Inovação.

Leia mais no site do HP

## Trabalhadores da Volkswagen na Alemanha param contra fechamento de três fábricas

A Volkswagen alemã planeja fechar três fábricas, o que, se efetivado, causará a demissão de milhares de funcionários. Também está destinada a reduzir o número de trabalhadores nas demais unidades que mantém no país, afirmou Daniela Cavallo, diretora do Comitê de Trabalho do Grupo Volkswagen.

“A gerência está falando muito sério a respeito disso. Não é barulho durante a rodada de negociação coletiva [...] todas as fábricas alemãs da VW são afetadas por isso. Nenhuma delas está segura”, frisou a diretora do Comitê.

Daniela admitiu, perante várias centenas de funcionários da fábrica da montadora em Wolfsburg, nesta segunda-feira, 28, que “este é o plano do maior grupo industrial da Alemanha para evitar a liquidação em seu país de origem”.

A maior fabricante de automóveis do mundo também planeja cortar 10% dos salários e suspender benefícios como bônus, além de propor um congelamento salarial pelos próximos dois anos.

Essas propostas foram recebidas com rejeição por parte do sindicato da categoria, o IG Metall, que exige, em contrapartida, um aumento salarial de 7% ao ano.

### PROTESTOS EM 11 FÁBRICAS

A reação dos trabalhadores não se fez esperar: interromperam a produção em onze unidades produtivas da Volkswagen na Alemanha em protesto contra esses planos de redução de custos, segundo a publicação alemã Handelsblatt.

O sindicato dos metalúrgicos IG Metall, que representa a maioria dos trabalhadores da VW na Alemanha, prometeu se

opor a qualquer fechamento de fábrica. “Esta é uma facada profunda no coração da força de trabalho da VW”, assinalou Thorsten Gröger, gerente distrital do sindicato da IG Metall no Estado da Baixa Saxônia, onde a empresa está sediada.

“Queremos garantir as instalações, a utilização da capacidade e os empregos no longo prazo. Se a diretoria quiser anunciar o fim na Alemanha, eles devem esperar uma resistência que não podem imaginar”, afirmou Gröger.

Segundo a Bloomberg, a Volkswagen emprega cerca de 650 mil pessoas em todo o mundo, quase 300 mil delas na Alemanha.

A indústria automotiva opera um total de dez fábricas na Alemanha, seis das quais estão na Baixa Saxônia, três no Estado da Saxônia e uma em Hesse.

### CONTRAÇÃO

O descalabro que atinge a VW pôs fim a um acordo de segurança de emprego junto a sindicatos trabalhistas que estava em vigor há mais de 30 anos, o que significa que as demissões poderão ocorrer a partir de meados de 2025. O anúncio foi visto como um sinal extremamente preocupante para a economia do país como um todo.

A Volkswagen jamais havia fechado uma fábrica na Alemanha, e há mais de três décadas não fecha uma de suas unidades em qualquer lugar do mundo.

A maior economia da União Europeia (UE) irá se contrair pelo segundo ano

consecutivo devido ao corte decidido pelo governo de Olaf Scholz no fornecimento do gás e do petróleo russos, dos quais é um dos maiores usuários europeus, segundo o jornal Sueddeutsche Zeitung, que confirmou com o Ministério da Economia a previsão de uma recessão de 0,2% neste ano. A contração no ano passado já havia sido de 0,3% no ano, enquanto a inflação segue pesando no bolso dos consumidores.

### PREÇO DO GÁS DISPARA

Conforme reconheceu o governo alemão, os preços da energia dispararam após Berlim começar a fazer o jogo dos Estados Unidos ao lado da Ucrânia em 2022, e parar de importar esses bens de primeira necessidade, fazendo a produção industrial alemã despencar 5,3% entre julho de 2023 e julho de 2024.

A Alemanha dependia da Rússia para 55% de suas importações de gás natural antes do conflito e, com o país eliminando sua infraestrutura de energia nuclear em prol de energias renováveis, o déficit forçou os preços da energia a dispararem e elevou o custo de fabricação.

A queda dos salários e do poder aquisitivo está vitimando a impopularidade do chanceler Olaf Scholz, que está alcançando níveis assombrosos. Uma pesquisa da ARD-DeutschlandTrend realizada em setembro apontou que somente 18% dos alemães estão satisfeitos com o seu desempenho, o menor número já registrado para um líder alemão.

Foi a mais ampla condenação já vista na Assembleia Geral da ONU. Só deixaram de votar contra os EUA e o regime de Israel. Moldávia foi a única abstenção

Nesta quarta-feira (30), a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) condenou, pela trigésima segunda vez, o embargo que os Estados Unidos mantêm contra Cuba há mais de seis décadas.

A resolução apresentada por Havana, intitulada “Necessidade de acabar com o bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba”, foi quase unânime. Obteve 187 votos a favor, uma abstenção (Moldávia) e os habituais contra dos EUA e o regime de Israel. Após o anúncio da votação, o presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, comemorou o resultado. Em seu comentário nas redes sociais ele observou que “o pequeno Davi mais uma vez derrotou o gigante Golias”.

“A pequena Cuba derrotou mais uma vez o Império vizinho que certamente ignorará com arrogância a demanda mundial, mas a dignidade deste povo e a solidariedade universal o derrotaram mais uma vez”, afirmou o presidente.

“Falamos em nome dos explorados e vilipendiados, como disse o Che”, afirmou o presidente cubano. Díaz-Canel assinalou que a política de bloqueio contra Cuba, “o governo dos EUA acrescenta uma infâmia adicional: mais uma vez é acompanhado no voto negativo por Israel, o genocida de Gaza”. Ele descreve isso como “vergonhoso e com duplo prontuário criminal”.

### BLOQUEIO GENOCIDA

Já o Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez, destacou que o Governo dos Estados Unidos “foi isolado mais uma vez diante desta condenação esmagadora ao bloqueio genocida e obsoleto que tantos danos causa ao povo cubano”.

Antes da votação, Rodríguez falou no fórum, onde frisou que o embargo contra o seu país “se qualifica como um crime de genocídio” e é “uma violação flagrante, massiva e sistemática dos direitos humanos” do povo cubano.

O diplomata destacou que os EUA sabem perfeitamente que violam a Carta das Nações Unidas e o direito internacional “com uma agressão tão implacável” e que estão conscientes de que “violam as regras do comércio internacional”.

Em mais uma demonstração de sua submissão canina aos Estados Unidos, Milei demitiu a ministra de Relações Exteriores argentina, Diana Mondino, por ter votado – por seu país – contra o bloqueio. Uma atitude que o colonista do jornal Página 12, Raúl Kollman, denunciou como “macarthismo puro”.

### CARTA DA ONU

O debate para analisar o impacto do embargo contra Cuba começou na terça-feira e continuou na

quarta-feira (30), antes da resolução ser votada.

Durante a discussão, como já é habitual, dezenas de países e organizações de integração internacional se manifestaram contra esta medida de Washington, como a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a Comunidade do Caribe (CARICOM), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o Movimento dos Não-Alinhados (MNOAL), a Organização de Cooperação Islâmica (OIC), o Grupo dos 77 e China, bem como o Grupo Africano.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, exortou os EUA a “remover as sanções, retirar Cuba da lista de países patrocinadores do terrorismo e promover um diálogo construtivo, baseado no respeito mútuo e na não ingerência”.

Durante o seu discurso, o representante permanente da Rússia nas Nações Unidas, Vassili Nebenzia, condenou o bloqueio e afirmou que “estas ações de Washington são uma violação direta das normas do direito internacional e da Carta das Nações Unidas”.

“Partimos da absoluta falta de perspectivas do embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos a Cuba, que é uma relíquia dos tempos da guerra fria e impede a interação de Cuba com as instituições multilaterais, sua plena participação na cooperação internacional e regional e na divisão internacional do trabalho”, precisou.

Da mesma forma, o representante permanente do México junto à ONU, Héctor Vasconcelos, comentou que “a restrição às exportações, a eliminação de certos benefícios comerciais, a obstrução à prestação de assistência humanitária e os obstáculos à obtenção de créditos nas instituições financeiras internacionais são “todas elas medidas injustificáveis e injustas que devem ser suspensas”.

Segundo o último relatório apresentado por Cuba, em setembro passado, o bloqueio representou perdas para a ilha de 5,057 bilhões de dólares entre Março de 2023 e Fevereiro de 2024.

“Isto representa um impacto aproximado de mais de 421 milhões de dólares por mês, mais de 13,8 milhões de dólares por dia e mais de 575.683 dólares em danos por cada hora de bloqueio”, afirma uma nota da Chancelaria cubana.

A entidade detalha que a preços correntes, os danos acumulados durante mais de seis décadas de aplicação desta política ascendem a 164,14 bilhões de dólares.

“Se levarmos em conta o comportamento do dólar frente ao valor do ouro no mercado internacional, o bloqueio causou danos quantificáveis de mais de um trilhão 499.710 milhões de dólares”, informa a Chancelaria cubana.



Assembleia Geral da ONU que repudiou o bloqueio

# Celso Furtado e a industrialização de Getúlio Vargas - Parte 1

**HP**  
ESPECIAL

Dentro da Cepal, Furtado esteve sempre, como demonstra o nome pelo qual ficou conhecido o departamento que chefiava, à esquerda de Raúl Prebisch – o que acabou provocando, por obra dos norte-americanos, a sua saída da própria Cepal. Entretanto, em sua obra, é visível a incompreensão, pelo menos parcial, sobre a política de industrialização de Getúlio Vargas

CARLOS LOPES

Para Ronald Freitas

Um amigo, depois de ler algumas considerações que fiz, em particular, sobre um texto de Celso Furtado – mais propriamente, sobre a resenha de um texto publicado, em inglês, por Furtado em 1965 – pede-me que eu estenda minhas observações sobre a obra do grande economista paraibano.

A obra de Celso Furtado é, em geral, magnífica, pelo que acrescenta ao nosso conhecimento do mundo, especialmente da maior parte dele, constituído pelos países dependentes do sistema imperialista. Neste sentido, **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento** (1961) é uma obra-prima, imprescindível para o entendimento da opressão e exploração dos países da periferia do capitalismo.

Furtado, bem entendido, não é marxista nem jamais se pretendeu um marxista. Apesar de seu departamento na Cepal, sob a direção de Raúl Prebisch, ficar conhecido como “Divisão Vermelha”, ele permaneceu um “estruturalista”. Mas isso não foi ruim, na medida em que jamais fugiu dos problemas que entravam o desenvolvimento, ainda que nas fronteiras do capitalismo, de países como o Brasil.

Naturalmente, tais países têm como contradição principal a subordinação à metrópole imperialista. A questão, portanto, para os marxistas, mas também para pensadores como Furtado, é a sua libertação desses laços de subordinação. Portanto, uma mudança estrutural ainda nos marcos do capitalismo. Ou seja, a conquista de sua plena independência nacional, antes do socialismo, o que pode ser formulado, tal como elaborou Furtado, como a superação do seu subdesenvolvimento – e sua entrada em uma era de desenvolvimento.

Dentro da Cepal, Furtado esteve sempre, como demonstra o nome pelo qual ficou conhecido o departamento que chefiava, à esquerda de Raúl Prebisch – o que acabou provocando, por obra dos norte-americanos, a sua saída da própria Cepal.

Entretanto, em sua obra, é visível a incompreensão, pelo menos parcial, sobre a política de industrialização de Getúlio Vargas. Isso é mais interessante, ainda, pois, em um de seus livros de memórias, Furtado relata um encontro entre ele, Prebisch e o então presidente Getúlio, em 1952.

Reproduziremos brevemente este trecho.

## ENCONTRO NO CATETE

“A entrevista foi no Palácio do Catete, antiga sede do Governo. Prebisch, como muitos argentinos, tinha uma grande admiração por Vargas. Ele o via como o dirigente que conduziria o Brasil pelo caminho da industrialização, que transformaria um país de grande atraso

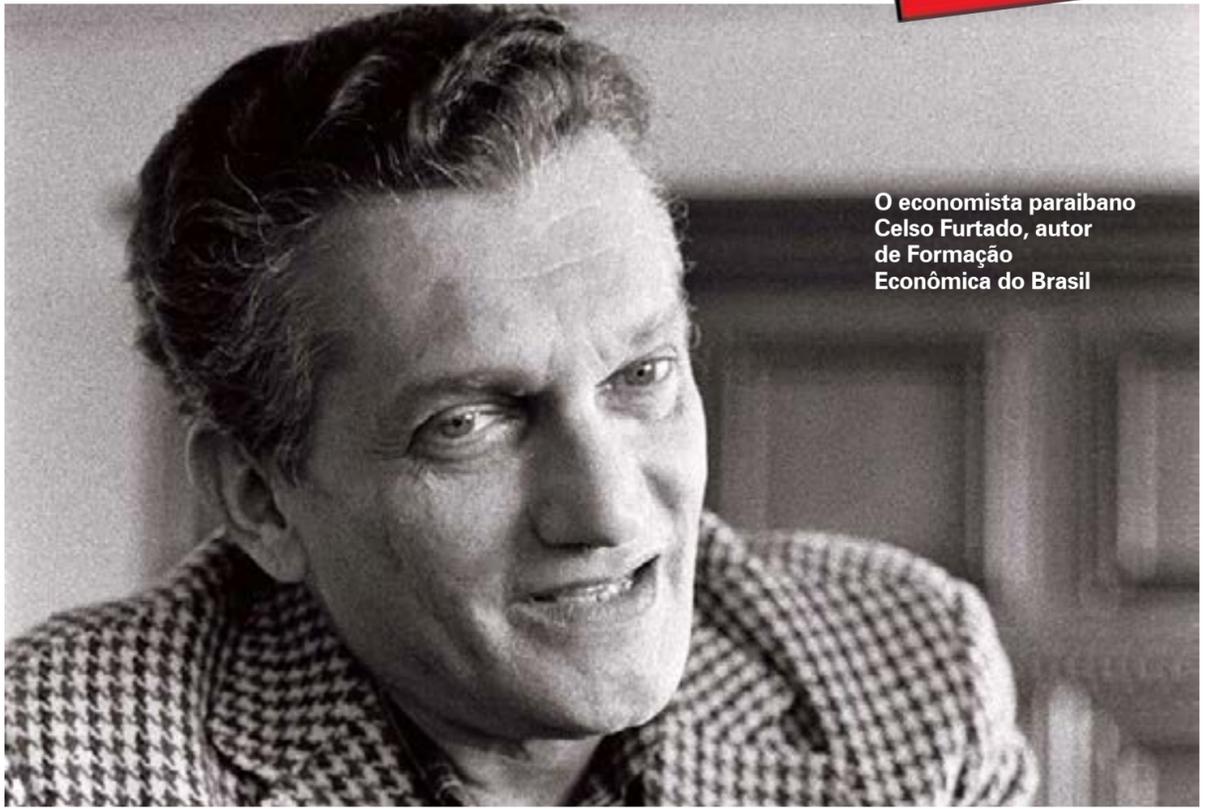
relativo na América Latina em uma nação de vanguarda na região. Como a maioria dos observadores estrangeiros, não se detinha nos aspectos negativos. Era uma época de ditaduras, havia que escolher entre tiranos e déspotas esclarecidos... Lamentava que Perón não tivesse as mesmas virtudes de Vargas. Disse-me certa vez que se houvesse podido influenciar Perón no começo, incutindo-lhe uma visão clara dos verdadeiros problemas econômicos com que se defrontava a Argentina, a História de seu país podia haver tomado outro rumo. Ele tentara esse contato com Perón, mas certas pessoas haviam atropelado a coisa, sem dúvida por temor de perder influência.

“A aproximação corrente entre os dois políticos era fundada em desconhecimento dos homens e das circunstâncias em que atuavam. O nosso gaúcho era um homem que ouvia os entendidos, os técnicos, que se informava bem e tomava decisões com prudência. Perón era acima de tudo um grande ator, governava como se estivesse se exteriorizando num palco. Ademais, Vargas governava um país pobre, em que coisas pequenas podem ser importantes. Perón podia desperdiçar, sem que as angústias do momento viessem adverti-lo das consequências futuras de seus atos de histrionismo político. Prebisch observava: ‘Vargas soube formar quadros, deu estrutura moderna ao Estado brasileiro. Veja Perón: dispersou com um gesto a equipe que me custou dez anos para formar.’ Dizer aquilo devia doer-lhe. A equipe a que se referia dera à Argentina um avanço quilométrico na pesquisa econômica na América Latina e fizera do Banco Central uma instituição admirada internacionalmente. E Perón o substituiu por um certo Miguel Miranda, bem-humorado fabricante de biscoitos que, segundo saiu na imprensa da época, ao assumir o cargo bateu com o taco do sapato no assoalho e disse: ‘Tá tudo cheio de ouro’.

“Vargas nos recebeu na grande sala de despacho e nos convidou a sentar. Manobrando o charuto, podia desviar a vista para um lado e outro, observando-nos discretamente. Era evidente que Cleantho [de Paiva Leite, assessor de Getúlio e amigo pessoal de Furtado] o havia posto ao tanto do essencial, e ele estava contente. Começou indagando sobre as pessoas dos interlocutores. Cleantho, atalhando uma observação dele, arguiu que eu não era assim tão jovem, pois havia sido oficial da força expedicionária brasileira na Itália. Ele mostrou um vivo interesse. Mas foi quando se falou de problemas internacionais que se expandiu. Indagou da composição da Comissão, da forma como trabalhava e até mesmo de seu custo para os países membros. A este respeito Prebisch esclareceu que eram modestos os custos para os países latino-americanos, posto que se inseriam no conjunto dos gastos das Nações Unidas, que eram financiados

por todos os membros da organização. Certamente estava dando eco ao argumento que circulava nas chancelarias de que a fusão com a OEA representaria importante economia para os governos da região. Fazendo-se de desentendido, Vargas indagou se não se tratava da instituição cuja liquidação havia sido objeto de démarches recentes. E sem esperar resposta foi afirmando: ‘Sabendo que havia interesses mobilizados para eliminá-la, procurei informar-me do que se tratava. Foi então que me decidi a apoiá-la’. Prebisch aproveitou a oportunidade para relatar o que havia ocorrido e enfatizar o quão decisivo havia sido o apoio do governo brasileiro. Vargas ouviu imperturbável e, como se desejasse abreviar um ponto sensível, passou a perguntar sobre a natureza dos trabalhos que vinha produzindo a Comissão. Prebisch aproveitou para fazer uma daquelas sínteses magistrais, que lhe dão um tremendo poder de convencimento. O propósito central, disse, era contribuir para o esclarecimento dos principais problemas com que se defrontam os países latino-americanos na fase atual. Fez referência aos estudos sobre a evolução dos preços relativos de exportação e importação, em prejuízo de nossos países, problema que o Presidente havia pressentido em um de seus pronunciamentos recentes. Esboçou suas ideias sobre o excedente de população na produção primária, de onde partiu para uma justificação clara da necessidade de criação de novos empregos, o que somente era possível com industrialização.

“Vargas ouvia com inequívoco interesse. Ele havia sido o homem da industrialização, mas a tateios, lutando contra a ‘boa doutrina’ dos mestres da época. Agora ouvia uma demonstração lapidária de que havia feito a escolha certa. Interessou-se em ter cópia desses trabalhos e Cleantho intercedeu informando que inclusive já eram disponíveis em português, em traduções feitas por mim, e que se encarregaria de pô-los à disposição do Presidente. Ainda quis saber se a CEPAL também se preocupava com problemas monetários. Prebisch esclareceu que o organismo especificamente encarregado dessa matéria, nas Nações Unidas, era o Fundo Monetário Internacional. Contudo, como não era possível abordar



O economista paraibano Celso Furtado, autor de **Formação Econômica do Brasil**

o conjunto dos problemas econômicos sem ter em conta seus aspectos monetários, também eles estavam sendo considerados pela CEPAL. “Vargas praticamente iniciava seu novo governo e parecia decidido a imprimir-lhe um cunho altamente industrialista. Agora tomava conhecimento de que havia todo um movimento de ideias, na América Latina, em prol dessa política, que não estava só. E tampouco lhe terá escapado que não deveria contar com apoio das nações industrializadas para avançar nessa direção. O barulho em torno daquela pequena instituição internacional era um indicio da direção em que se moviam os ventos”.

\*\*\*

“Prebisch estava hospedado no hotel Serrador e eu o acompanhei em uma caminhada pelo centro da cidade, após o jantar. Ele sentia que pela primeira vez estávamos pisando em terreno firme. Vargas sabia aonde ia e não se deixaria demover de seus propósitos. Tínhamos que dar um sentido mais prático a nosso trabalho para corresponder às expectativas que se haviam criado. Logo que chegasse a Santiago criaria a Divisão de Desenvolvimento Econômico, cuja direção me caberia.

“Na Galeria Cruzeiro assestou-nos uma família de mendigos e eu, como desculpando os infelizes, fiz referência ao Nordeste, donde provavelmente procediam. Ele não dava a impressão de fixar-se na paisagem humana, o que podia ser um mecanismo de defesa ou simplesmente indiferença. Mas, como se houvesse percebido o filme que se desenrolou no meu espírito, fez o seguinte relato: ‘Quando era jovem andei pela Ásia e tive uma experiência em Cingapura que me marcou. Eu estava usando um desses carros de tração humana, despreocupadamente. Em certo momento parei para dar uma pequena volta a pé. Quando regressava o homem que servia de animal de tração não me notou. Pude observá-lo e o vi abaixado, tirando de uma pequena sacola um pouco de comida, que sopesava como se estivesse medindo e comparando com o esforço que tinha a fazer, antes de levá-la à boca. Tive a sensação de que estava vendo um animal e não uma criatura humana’. E calou-se. Fiquei pensando se ele não desviava os olhos

da família de mendigos para evitar de confrontar-se mais uma vez com o estranho quadro de degradação da criatura humana que se fixara a fogo em seu espírito desprevenido numa manhã cálida de Cingapura” (v. HP 24/10/2014, **Getúlio Vargas, Prebisch e Celso Furtado no Palácio do Catete**, extraído de Celso Furtado, **A Fantasia Organizada**, Paz e Terra, 1985).

## ECONOMIA CAFEIEIRA E INDUSTRIALIZAÇÃO

Apesar dessa impressão positiva, referente ao segundo governo Getúlio, Furtado jamais refez seu ponto de vista de que a industrialização da época do primeiro governo, não foi *intencional*, ou seja, não foi fruto de uma política, de uma decisão deliberada pela industrialização por parte do presidente e do primeiro governo Vargas.

Aliás, mesmo em relação ao segundo governo, para o qual Getúlio foi **eleito** por quase maioria absoluta dos votos, Furtado, no texto que reproduzimos acima, mostra sua desconfiança, sobretudo no trecho: “*Como a maioria dos observadores estrangeiros, [Prebisch] não se detinha nos aspectos negativos. Era uma época de ditaduras, havia que escolher entre tiranos e déspotas esclarecidos...*”.

Aspectos negativos? A que ditadura ele estava se referindo? Certamente, à ditadura do primeiro governo Getúlio. Em seu espírito, a ferida ideológica não havia, portanto, sarado, mesmo naquela época tardia. O Estado Novo – e, portanto, a industrialização do período Getúlio – continuava, para Furtado, um período politicamente sombrio, apesar de sua trajetória como oficial da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália, durante esse mesmo período.

Essa visão pouco ou nada edificante da industrialização durante o primeiro governo de Getúlio, é especialmente evidente em sua obra mais famosa (e mais abrangente, historicamente), **Formação Econômica do Brasil** (1959).

Não se trata de qualquer questão: o próprio Furtado considera aquele momento como o decisivo da história brasileira no século XX. Ou, como alguns observaram, todo o livro é uma preparação para aquele momento, relatado nos capítulos XXX a XXXIII, com a crise da economia cafeeira e o deslocamento do centro di-

nâmico da exportação agrícola para o mercado interno.

Vejam alguns trechos desse livro:

“... a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, **inconscientemente**, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados” (Celso Furtado, **Formação Econômica do Brasil**, 14ª ed., Companhia Editora Nacional, 1976, p. 192, grifo nosso).

Na página seguinte, o autor é ainda mais explícito:

“... a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo, e sim à política de fomento seguida **inconscientemente** no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros” (op. cit., p. 193, grifos nossos).

Mais à frente, no capítulo seguinte:

“... Por que forma foram compensados os efeitos depressivos da contração persistente da procura externa? Melhor ainda: a que se deve o fato de que a procura interna não tenha entrado em colapso ao contrair-se a procura externa? Esses resultados, de grande significação para o futuro imediato da economia brasileira, são um reflexo da crise do café e **da amplitude com que foram defendidos, conscientemente ou não, os interesses da economia cafeeira**” (op. cit., p. 201, grifo nosso).

Mas isso transformaria Getúlio em um representante dos interesses cafeeiros – ou seja, dos interesses da oligarquia cafeeira – que, ao usar o crédito interno para substituir os empréstimos externos na aquisição de estoques de café, acabou por promover, acidentalmente, a industrialização da década de 30.

É verdade que Getúlio adquiriu os estoques para destruí-los, mas, do ponto de vista dos produtores de café, como reconhece Furtado, não há diferença entre destruir estoques ou forçar o mercado exterior, usando empréstimos externos.

Celso Furtado, um homem muito inteligente, percebe que é um paradoxo tornar a industrialização subproduto da proteção ao café – e aos lucros dos cafeicultores. Então, para que se fez a Revolução de 30, se era para continuar “defendendo” os interesses cafeeiros?

Continua na próxima edição